



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR / INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O AMBIENTE ESCOLAR BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E A
PESSOA TRANSGÊNERO: LIMITES ENTRE EXCLUSÃO E
INCLUSÃO**

GUILHERME LEONI DE PAULA PIRES DA SILVA

*Sob a Orientação da professora
Joyce Alves Da Silva*

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Educação**,
no Curso de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, Área de Concentração em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Novembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586a Silva, Guilherme Leoni de Paula Pires da , 1997-
O ambiente escolar brasileiro contemporâneo e a
pessoa transgênero: limites entre exclusão e inclusão
/ Guilherme Leoni de Paula Pires da Silva. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2024.
95 f.

Orientadora: Joyce Alves da Silva.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2024.

1. transgeneridade. 2. escolaridade. 3. educação.
4. inclusão. I. Silva, Joyce Alves da , 1984-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.



TERMO N° 53 / 2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.005716/2025-92

Seropédica-RJ, 06 de fevereiro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

GUILHERME LEONI DE PAULA PIRES DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/11/2024

Membros da banca:

JOYCE ALVES DA SILVA. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

FABIO HENRIQUE LOPES. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

SANDRA REGINA DE OLIVEIRA FAUSTINO. Dra. SME (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 06/02/2025 17:31)
AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)
Matrícula: 1331797

(Assinado digitalmente em 06/02/2025 16:47)
FABIO HENRIQUE LOPES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1772144

(Assinado digitalmente em 07/02/2025 06:38)
JOYCE ALVES DA SILVA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)
PROAES (12.28.01.19)
Matrícula: 1742750

(Assinado digitalmente em 10/02/2025 16:37)
SANDRA REGINA DE OLIVEIRA FAUSTINO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 589.954.127-04

DEDICATÓRIA

Em memória de Kayla e Søren, que eu espero ver novamente nas próximas vidas.

À comunidade trans, dedico estes estudos, nascidos do meu suor e lágrimas.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que deixaram minha vida, mas deixaram também suas marcas e contribuições para meu trajeto, agradeço.

O processo de crescer e amadurecer é cercado de traumas, mas de suas próprias maneiras, vocês me ensinaram valiosas lições pelas quais serei eternamente grato. Muitos de vocês me auxiliaram no processo seletivo e durante todo o curso do mestrado que originou esta dissertação, mas por motivos diversos partiram em seus próprios caminhos. Suas dicas e comentários transpiram em minhas frases, e isso nunca mudará. Às pessoas que nela ainda permanecem, por agora ou para sempre, também agradeço:

ao meu noivo, Nilton Gomes, que lidou com meus altos e baixos nesta reta final, sempre me cobrando para que eu desse meu melhor, tentando da sua própria maneira me ajudar; à minha orientadora, Joyce Alves, que teve que lidar com meus problemas com prazos e minha mania esquisita de fazer tudo durante a madrugada; a todas as pessoas que concordaram em falar comigo sobre a redação do texto (professores, amigos, às vezes cobaias não tão interessadas e qualquer um que pudesse me dar uma fagulha de insight sobre o tema, metodologia e locus); pois estas pessoas foram as fundamentais para que este estudo visse a luz do dia.

Por seu caráter extremamente pessoal, diretamente ligado às minhas próprias experiências, esta não foi uma escrita fácil. Revivi alguns dos meus piores momentos, e em muitas vezes tive que tirar o dia porque simplesmente não queria mais ler absurdos e meu emocional estava fragilizado o suficiente para interferir na minha capacidade de escrita. Foi um processo doloroso, porém necessário, que me ancorou melhor na realidade. Muitas coisas mudaram sobre meus objetivos e métodos ao longo da pesquisa, e encontrei pessoas fantásticas nesse caminho. Por todo este aprendizado e por todas as pessoas que adentraram minha vida por ocasião desta pesquisa, sou grato.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

RESUMO

DA SILVA, Guilherme Leoni de Paula Pires. **O ambiente escolar brasileiro contemporâneo e a pessoa transgênero: limites entre exclusão e inclusão.** 2024. 95p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

Esta pesquisa tem como sujeitos de estudo as pessoas transgênero que estão passando ou passaram por suas idades escolares enquanto pessoa transgênero, e suas experiências e narrativas dentro e sobre o mundo acadêmico e a vida escolar, com enfoque no debate da evasão e o papel da transfobia na exclusão de estudantes generodivergentes. Como objetivos da pesquisa, temos a realização de uma análise diagnóstica sobre a inclusão escolar das pessoas transgênero, compreendendo os pontos de vista da própria população e dos funcionários do ambiente escolar, investigando o papel da equipe pedagógica na retenção destes estudantes. Para tal, será realizado um mapeamento das experiências através da realização de entrevistas, de forma a entender as ligações e intersecções entre as esferas pessoal, familiar, econômica e religiosa e uma possível evasão. A pesquisa será realizada com ênfase no conceito de "performatividade de gênero" conforme Butler (2001; 2010). Outros pensadores de diversas áreas que versam sobre o fascismo e neoconservadorismo tais quais Adorno e Bugiato serão debatidos pelo envolvimento frequente destes movimentos com os esforços antitransgênero; Louro (2010) e Goffman (1980) são utilizados para pensar o papel da pessoa transgênero dentro e fora do ambiente pedagógico. Os métodos aplicados serão a análise documental, revisão bibliográfica e condução de entrevistas semiestruturadas. Este trabalho habilitará a reflexão sobre a vida escolar da pessoa transgênero, e reprodução das opressões no ambiente escolar e o papel da equipe pedagógica na retenção da população transgênero, bem como trará dados originais de cunho qualitativo sobre a experiência escolar desta parcela da população.

Palavras-chave: Transgeneridade. Neoconservadorismo. Educação. Evasão escolar. Inclusão.

ABSTRACT

DA SILVA, Guilherme Leoni de Paula Pires. **Brazilian school's contemporary environment and the transgender person: limits between exclusion and inclusion.** 2024. 95p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

This research focus on transgender people who are going through or have gone through their school ages as transgender, as well as their experiences and stories about and inside the academic world and school life, focusing on school evasion and transphobia's part on gender divergent student's exclusion. As objectives, we have the realization of a diagnostic analysis about transgender people inclusion on the school place, understanding the points of view of both transgender students and the school staff, examining one school's pedagogical team part on that student's retention. For such, a mapping of the living experiences will be done through the conduction of semi-structured interviews, in a manner as to understand the connections between personal, familial, economic and religious sphere's of one's life and it's possible evasion. The research will be conducted with emphasis on the concept of "gender performativity" by Judith Butler (2001, 2010). Thinkers of several areas that discuss fascism and neoconservatism such as Adorno and Bugiato, will be debated because those movement's and ideologies frequent involvement with antitrans efforts; Louro (2010) and Goffman (1980) are used to think the transgender person's part inside and outside of the classroom. The methods chosen applied are documental analyzis, bibliographic revision and semi-structured interview conduction. This research will enable reflection about transgender people's scholar life, the reproduction of opressions on the academic field and a pedagogical's team part on transgender retention, as well as producing new qualitative data about this population's school experience.

Key-words: Transgenderism. Neoconservatism. Education. School evasion. Inclusion.

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	9
APRESENTAÇÃO.....	11
FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA:.....	22
OBJETIVOS E MÉTODOS.....	31
Objetivos do estudo.....	32
Questões do estudo.....	32
Sujeitos do estudo.....	33
Procedimentos e instrumentos de coleta de dados.....	34
Roteiro das entrevistas semiestruturadas para pessoas transgênero.....	35
I – GÊNERO, POLÍTICA, LEGALIDADE E MARGINALIZAÇÃO.....	37
1.1 Resolução nº 12/2015 do CNCD/LGBT.....	37
1.2 Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016	41
1.3 Resolução nº 01/2018 do CNE/CP.....	41
II – GENERODIVERGÊNCIA E O AMBIENTE ESCOLAR: RECEPTIVIDADE E ACEITAÇÃO.....	48
2.1 Transgeneridade, uso de banheiros e a problemática da passabilidade.....	51
2.2 Direito ao corpo, sexo, e expressão de gênero.....	63
III – VOZES, VIVÊNCIAS E PERFORMATODIVERGÊNCIA.....	70
3.1 Das entrevistas virtuais e seus pontos comuns.....	71
3.2 Transfobia velada e a evolução das formas de violentar.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

MEMORIAL

Meu nome é Guilherme Leoni, sou uma pessoa transmasculina, não binária, branco, "passável" (entendendo as limitações conceituais de tal termo) enquanto homem cis na sociedade, muitas vezes até lido como hétero, apesar de me identificar com a pansexualidade. Iniciei minha transição aos 14 anos, ainda no ensino médio, nos idos de 2012. Naquela época, havia muito pouco conhecimento sobre o assunto e minha jornada foi, em sua maioria, bem solitária. Não conheci na minha vida pessoal muitos como eu, apesar de eventualmente ter entrado em maior contato com a comunidade através das redes sociais e da minha militância. Lutei pelo nome social na UFRRJ desde meu ensino médio, sendo autor do processo nº 23083.010055/2013/83 que gerou a primeira normativa sobre nome social, ainda enquanto estudante do técnico em Agroecologia pelo Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e agora acompanho a evolução pela luta dos banheiros e das cotas enquanto discente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tendo falado a favor de ambas políticas de inclusão em eventos, audiências públicas e aonde mais pudessem me ouvir.

Meu ensino médio foi marcado pela transfobia, que se manifesta de formas muito diferentes. Com um vice diretor dizendo à minha mãe que uma aberração como eu deveria "mijar no mato", uma professora que zerava minhas provas porque não tinha nenhum aluno chamado "Guilherme Leoni", inspetores que pediam aos meus amigos para me prender no banheiro caso me vissem usando o masculino para me "ensinar uma lição", e em geral toda a zona e tudo que eu tive que ouvir da coordenação por conta da minha identidade divergente, digamos que meu acesso a educação foi amplamente dificultado, e isso me gerou um descontentamento que seria motor para minha dissertação.

Mesmo sendo um estudante modelo nas matérias da Agroecologia, sempre viajando e apresentando trabalhos em congressos, ainda tive muitas turbulências com professores diversos, não só pela minha identidade, mas também pelo meu autismo, na época ainda não diagnosticado. Minha permanência na escola se deu única e exclusivamente por apoio dos meus amigos e da comunidade trans em geral. Justamente por entender as pressões que sofri durante esta época e entender que não muitos tem sequer as condições de se assumirem, acho importante amplificar as vozes daqueles que não tiveram tanta sorte. Daí, então, nasce meu ímpeto de ouvir estas histórias e pesquisar mais sobre como andam as coisas para as outras pessoas trans, e minha intenção de cursar a licenciatura em Ciências Sociais.

Durante a graduação, fui anotando os tópicos de maiores atritos para recorrer a eles toda vez que precisar escrever algo grande. Mesmo com a aprovação do nome social, tive grandes dificuldades em acessá-lo, resistência de professores. Nesse meio tempo, tive professoras que faziam questão de me chamar pelo nome de registro, problemas para mudança do nome com a pró-reitoria de graduação (PROGRAD), transfobia de outros alunos, até sendo abordado por uma chefe de instituto fui, alegando que eu deveria redigir um documento justificando o meu uso do banheiro masculino, informando que alunos estavam constrangidos em dividir o banheiro comigo. Em altos e baixos, trancamentos, reprovações e crises, formei com a paixão pela profissão e um mercado de trabalho inexistente. Fui integrante do projeto de Residência Pedagógica, tendo trabalhado no CIEP 156 – Albert Sabin, no município de Seropédica. Então, tive contato com a realidade dos alunos da baixada, tendo decidido voltar minha carreira para o magistério para este tipo de alunado.

Entendendo meu envolvimento com a educação, vi no programa de pós-graduação em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares (PPGEduc/UFRRJ) uma chance para ampliar meus horizontes como professor e ao mesmo tempo, estudar a inclusão de pessoas transgênero na educação. No programa, tive contato com diversas correntes novas e revi algumas coisas antigas, agregando à minha escrita estes novos conhecimentos, mesclando o conhecimento prévio e o adquirido por ocasião da pesquisa. Integrei durante meu primeiro ano o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), durante a orientação do prof. dr. Allan Rocha Damasceno e do prof. dr. Aureliano Lopes da Silva Junior; no segundo ano, fui integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEGESEX), durante orientação da profa. dra. Joyce Alves da Silva, ao qual continuarei vinculado após obtenção do título por motivos de alinhamentos teóricos. Por ter tido esta experiência mista, pude observar metodologias diferentes com intenções parecidas (inclusão) e pude expandir meus horizontes, especialmente no que se trata da coocorrência entre neurodiversidade e transgeneridade. Durante todo o curso, foquei em escrever este tema pegando diversas referências em diferentes áreas, tentando enriquecer o resultado final, entregando então uma pesquisa apropriada.

APRESENTAÇÃO

A educação no Brasil tem sido alvo de variados embates recentemente, configurando um campo de fortes disputas ideológicas e intenso debate. Seja em relação à metodologia de ensino, ao conteúdo programático ou às configurações das relações de poder entre estudantes e educadores, há divergências e convergências entre diversas correntes sobre esses aspectos das relações de ensino-aprendizado dentro de ambientes escolares. Até mesmo sobre o que é ou não a educação, bem como seus limites, está em debate constante.

Penso que seja necessário, então, explicitar que a ideia geral de educação em termos amplos que será utilizada nesta dissertação como sendo o "conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social" (Bosi, 1992 p.16), incorporando também a noção de Paulo Freire do devir da educação; ou seja, esta constrói-se e reconstrói-se também conforme o seu cenário sociopolítico, não sendo de forma alguma neutra.

A sociedade permeia a educação e suas relações, incutindo seus valores e necessidades correntes, então esta deve sempre ser considerada como um fator em diversos níveis, mas especialmente se tratando de evasão ou retenção da população estudantil. Devido a este caráter notadamente influente da educação na construção da sociedade como um todo, bem como suas funções sociopolíticas e econômicas e o seu caráter reproduutor desta mesma estrutura social que a origina, no sentido explicitado por Bourdieu e Passeron em “A reprodução”, há grandes interesses de diversos setores no debate do tema, sejam estes interessados em sua defesa ou desmonte.

Transcendendo os limites entre política, jornalismo e um espetáculo midiático, o tema vem sendo revivido e renovado, incorporando os meios modernos de discussão, que não envolvem apenas a academia ou acadêmicos, mas sim a população mais ampla, e com massiva participação da mídia e das redes sociais. Como sendo notoriamente político o ato de ensinar (Freire, 1968), os debates têm envolvido mais e mais elementos que advém do momento político específico, sendo marcado pelas correntes políticas emergentes, especialmente por movimentos reacionários e neoconservadores, que tem ganhado crescente espaço dentro dos debates e dentro das instituições governamentais. Mudanças propostas à Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, requisitando retrocessos em direitos já adquiridos e deformação de bases importantes que constituem a educação nacional através da série de

projetos de lei inspirados pelos “Movimento Escola sem Partido” são apenas alguns dos casos da última década que marcaram o campo no Brasil. Sob constantes ataques, a instabilidade causada reflete negativamente nos alunos, sob uma miríade de formas. Desde aprovações como a da “reforma ensino médio”, reduzindo de forma significativa a carga horária de matérias importantes já estabelecidas no currículo, põe-se em prática todas as características reprodutoras citadas por Bourdieu.

Estudantes de maior capital cultural, normalmente de classes econômicas mais elevadas, ainda terão condições de acessar estes conhecimentos que foram retirados arbitrariamente do currículo de forma independente ou até mesmo dos colégios particulares, cujo conteúdo programático não será mudado ou, ao invés de haver a substituição das matérias tradicionais como proposto pela reforma, apenas adicionará as requeridas pela reforma, visando maior competitividade para os vestibulares (especialmente o ENEM, que não será afetado por esta reforma, tendo em vista a suspensão da adaptação que era prevista para 2024, com a promulgação da portaria nº 627/23 pelo Ministério de Educação).

Visualizando neste prisma, os conteúdos mais atacados pela recente onda neoconservadora, aproveitando-se da atenção conseguida pelo movimento “Escola sem Partido” também são, não coincidentemente, os conteúdos relacionados às pautas de direitos humanos, interpretados como “ideológicos”, e que tratam a mera menção destas temáticas como “tentativa de doutrinação” e, portanto, supostamente ferindo a autonomia estudantil, provindo da ideia extremamente bancária de educação (Freire, 1968) defendida por essa vertente. Com base nestas alegações, o debate sobre a educação intensificou-se em esferas particulares, incitando respostas favoráveis e desfavoráveis de pais, educadores e políticos no que tange à exclusão destas pautas de conteúdos programáticos. Não se discute apenas sobre a exclusão destes assuntos de pauta, mas da proibição total do debate em salas de aula, bem como punição de professores que exercerem sua liberdade de cátedra em oposição a estas tentativas de censura. Dentro destes projetos, bem como do site (na época de vigor, uma vez que se encontra atualmente indisponível) do movimento Escola sem Partido, estão previstos os passos e métodos para “denunciar” esta suposta doutrinação ideológica, inclusive incitando alunos a filmarem professores durante exercício da função, com objetivo de expô-los, senão juridicamente, socialmente.

Isto foi amplamente criticado dentro da comunidade acadêmica pelo entendimento de que isto seria um obstáculo a mais para oferecimento de uma educação inclusiva, integral, bem como seu caráter abusivo e autoritário. Podemos observar que esta proposta não é

factível pelo viés da ‘implausibilidade’ da criação individual de um plano de aula que seja condizente com as posições morais, éticas e religiosas das dezenas de alunos em salas superlotadas com professores que trabalham com múltiplas turmas em múltiplos colégios, devido aos salários baixos e condições de trabalhos insalubres; pela impossibilidade de retirar temáticas sensíveis de currículos de história, sociologia, geografia e filosofia devido à própria natureza crítica destas ciências, que requer estes debates de forma invariável; ou até mesmo pela simples ótica da liberdade de cátedra e confiança nas instituições certificadoras, que repetidamente testaram e avaliaram se aquela pessoa estava apta a lecionar, bem como sua proficiência nos conteúdos propostos.

Apesar de todas as problemáticas que envolvem estes aspectos da educação no Brasil, focaremos aqui em debates específicos, que já vinham sendo silenciados antes mesmo da publicação deste movimento em 2004, sendo este movimento apenas um reflexo da sociedade que o criou. Em especial, a temática focada aqui será transgeridez no ambiente escolar, especialmente sobre questão da evasão, e o que pode causá-la e preveni-la. Considera-se transgênero a pessoa que tem gênero real divergente daquele assinalado ao nascimento, incluindo-se na categoria ambas pessoas binárias (dentro do espectro masculino e feminino) e não-binárias (que não se identificam parcial ou completamente com o gênero binário em si). Minha definição aproxima-se então do termo como citado no guia-técnico “Orientações sobre identidade de gênero: termos e conceitos”: “Para algumas pessoas, a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade, é o caso das pessoas conhecidas como travestis, e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo chamado de ‘transgênero’” (Jesus, 2012, p. 6), com ressalvas sobre a utilização do termo “sexo”, por entender que mesmo as categorias e traços biológicos ainda estão inevitavelmente permeados de significados sociais (Butler, 2010), aos quais vejo como impertinentes para esta análise em específico; em substituição à utilização do termo “sexo”, proponho a utilização do termo “corporalidade”, sendo seguintes as divisões: corporalidade ovariana ou ovariada, referindo-se a pessoas que possuem de forma parcial ou total o aparato biológico relacionado à vulva; corporalidade testicular ou testiculada diídica, referindo-se a pessoas que possuem de forma parcial ou total o aparato biológico relacionado ao pênis e corporalidades intersexo ou não-diídicas, que misturam características ovarianas e testiculadas em proporções próprias em cada caso, com certa impossibilidade de generalização por ter uma grande variabilidade. Nas palavras de Butler em seu texto “Corpos que pesam: limites discursivos do “sexo” sobre os limites entre sexo e gênero:

De fato, embora a radical distinção entre sexo e gênero tenha sido crucial à versão beauvoiriana do feminismo, ela tem sido criticada, mais recentemente, por degradar o natural como aquilo que existe "antes" da inteligibilidade, como aquilo que precisa da marca do social, quando não da sua ferida, para significar, para ser conhecido, para adquirir valor. Essa forma de ver a questão deixa de compreender não apenas que a natureza tem uma história (e não meramente uma história social) mas, também, que o sexo está posicionado de forma ambígua em relação àquele conceito e à sua história. O conceito de "sexo" é, ele próprio, um terreno conflagrado, formado através de uma série de contestações em torno de qual deve ser o critério decisivo para distinguir entre os dois sexos; o conceito de sexo tem uma história que fica ocultada pela figura do lugar ou da superfície de inscrição. Descrito como um tal lugar ou superfície, entretanto, o natural é construído como aquilo que é também sem valor; além disso, ele assume seu valor ao mesmo tempo que assume seu caráter social, isto é, ao mesmo tempo que renuncia ao natural. De acordo com essa visão, pois, a construção social do natural pressupõe o cancelamento do natural pelo social. Na medida em que depende dessa construção, a distinção sexo/gênero faz água ao longo de linhas paralelas: se o gênero é o significado social que o sexo assume no interior de uma dada cultura — só para argumentar, deixaremos que "social" e "cultural" permaneçam em uma desconfortável intercambialidade — então, o que sobra do "sexo", se é que sobra alguma coisa, uma vez que ele tenha assumido o seu caráter social como gênero? O que está em questão aqui é o significado de "assunção", onde ser "assumido" significa ser levado para uma esfera mais elevada como em "a Assunção da Virgem". Se o gênero consiste dos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não adquire significados sociais como propriedades aditivas, mas, ao invés disso, é substituído pelos significados sociais que adota; o sexo é abandonado no curso dessa assunção e o gênero emerge não como um termo em uma permanente relação de oposição ao sexo, mas como um termo que absorve e desloca o "sexo", a marca de sua substancialização plena no gênero ou aquilo que, do ponto de vista materialista, pode constituir uma plena dessubstancialização.

Quando a distinção sexo/gênero se junta a um construcionismo linguístico radical, o problema torna-se ainda pior, pois o "sexo" que é referido como sendo anterior ao gênero será ele mesmo uma postulação, uma construção, oferecida no interior da linguagem, como aquilo que é anterior à linguagem, anterior à construção. Mas esse sexo colocado como anterior à construção torna-se, em virtude de ser assim colocado, o efeito daquela mesma colocação: a construção da construção. Se o gênero é a construção social do sexo e se não existe nenhum acesso a esse "sexo" exceto por meio de sua construção, então parece não apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o "sexo" torna-se algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalado em um local pré-linguístico ao qual não existe nenhum acesso direto."

Em respeito a estas ressalvas, compreendendo que o termo “transexual” ainda carrega forte patologização por conta de sua origem no CID (Catálogo Internacional de Doenças) 10, dentro da categoria de Transtorno de identidade sexual (CID 10 F64) e suas subdivisões, Transexualismo (CID 10 F64.0), Travestismo bivalente (CID 10 F64.1), Transtorno de identidade sexual na infância (CID 10 F64.2), Outros transtornos de identidade sexual (CID 10 F64.8) e Transtorno não especificado da identidade sexual (CID 10 F64.9), utilizarei então apenas o termo transgênero, ou sua abreviação, “trans”. Mesmo havendo uma movimentação para a ressignificação do “sexo” e certas críticas ao linguajar biologizante, entendo que a genitália, cariótipos e cromossomos apenas são relevantes em tal contexto (médico/biológico),

e uso a corporalidade justamente pra lembrar que a biologia não traz consigo a carga cultural que o conceito de sexo traz. Aceito de bom grado o título de detentor de corporalidade ovariana, mas nunca aceitaria o título de fêmea ou do sexo feminino, por entender que todas as implicações não me atingem como deveriam no aspecto fenotípico, hormonal e social, e o termo de forma alguma dá conta das minhas demandas e, provavelmente, também não de outras pessoas trans, sendo uma armadilha cisgênera pra normatização e apagamento de vivências.

Vale ressaltar que a transgeneridade se refere ao gênero, e não abarca pessoas que apenas expressam seu gênero designado ao nascimento de forma diferente da estereotípica associada a este, como drag queens, bichas afeminadas, entre outras variações, e que não tem as mesmas reivindicações que uma pessoa transgênero. Também vale ressaltar que transgênero e transexual não são sinônimos obrigatórios, embora a chamada transexualidade esteja abarcada na descrição de transgênero. Por entender que certas pessoas não-binárias, tais como eu, não se sentem também confortáveis com tal nomenclatura, e por entender também que estas são alvos obrigatórios desta pesquisa, decido então manter uma linguagem mais abrangente, focando entretanto nas pessoas transgêneros que tem demandas sobre utilização de banheiros, nome social, uniformes separados por gênero e outras medidas associadas à transição.

O recentemente lançado CID 11 trouxe mudanças em relação ao CID 10 no que diz respeito à transgeneridade, que deixou de figurar na lista de doenças mentais e foi reclassificada como uma “incongruência de gênero”, em vez de “distúrbio de identidade de gênero”. Com isso, ela foi transferida para a categoria de saúde sexual, utilizando nova nomenclatura mais progressiva na despatologização da identidade transgênero e permitindo linguagem mais precisa para descrever a experiência generodivergente. Porém, este CID ainda não vigora no Brasil e não tem tradução na língua portuguesa, tornando-o uma peça politicamente desimportante ou puramente argumentativa, ao invés de diretamente efetiva, enquanto não vigorar.

Mesmo com as mudanças positivas do ponto de vista médico e consequentemente legal trazidas por esta adequação do Catálogo Internacional de Doenças, segundo dados fornecidos pelo Trans Murder Monitoring, da organização Transrespect versus Transphobia Worldwide, em 2022 o Brasil foi o campeão em assassinatos transfóbicos pelo 14º ano consecutivo; 2021 foi o ano com mais mortes registradas desde o início do registro de mortes. Em especial, o Brasil teve mais que o dobro de assassinatos que o segundo colocado, México,

durante 2021, liderando o índice global com 33% de todos os assassinatos transfóbicos ocorridos no **mundo**. Dentre as pessoas assassinadas, 58% eram trabalhadoras sexuais, com idade média de 30 anos.

Apesar de esses dados não serem especificamente de ambientes escolar, eles são imprescindíveis para de explicitar a (não) posição da pessoa trans na sociedade, e que se estende a todas suas instituições, incluindo a escolar. Enquanto população extremamente marginalizada e animalizada, o acesso ao ambiente acadêmico ainda é completamente turbulento; o contato quase sempre é extremamente hostil.

No que se refere à utilização de banheiros conforme gênero real e inserção integral do nome social em chamadas, provas e documentos oficiais e extraoficiais, ainda há forte resistência por parte de diretores, professores, técnicos administrativos, alunos e outros funcionários.

O assunto da transgeneridade, tratado como parte da “criminosa ideologia de gênero” e veementemente repreendida pelos setores conservadores e reacionários por seu caráter inclusivo tem se tornado, justamente por essa perseguição, um tabu ao qual professores, e outros funcionários da educação evitam, seja por preconceitos próprios ou por medo de agitação política em um século onde os profissionais da educação estão sendo censurados e perseguidos jurídica e socialmente. O termo, cunhado por neoconservadores, refere-se à uma gama de áreas de estudo que envolvem feminismo, transgeneridade, movimento de diversidade sexual e de gênero e a noção geral de equidade entre homens e mulheres, dando ênfase negativa à tentativa de desconstrução de papéis e estereótipos de gênero provinda destes movimentos.

Postagens, vídeos e reportagens podem ser facilmente achados relatando os “males da ideologia de gênero”, utilizando linguagem sensacionalista e “fake news” de disparos em massa típicas dos movimentos sociopolíticos neoconservadores e neofascistas como forma de propaganda. Como caso icônico, podemos citar as falas de Damares Alves em junho de 2019, na época Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, sendo contrária ao debate na escola, dizendo que este traz “sofrimento” para os jovens e que “não é cientificamente comprovado”, mesmo que haja inúmeras pesquisas relacionadas ao tema que discorrem amplamente sobre a situação das pessoas transgênero, configurando um negacionismo por parte dos acusadores.

É possível notar que, num país onde este é o pensamento da chefia de uma pasta que trata de direitos humanos, ser transgênero não é fácil, não pela transgeneridade em si, mas

pela tratativa que outras pessoas dão com base única e exclusivamente nisso. Enquanto parte da sociedade, a transfobia reproduz-se no ambiente escolar, criando um ambiente inóspito para esta população e forçando a evasão. A todo momento, o direito ao corpo é veementemente negado; o espaço escolar não é feito, nos moldes atuais, para comportar corpos que fujam da cismorja. Os corpos trans não são dóceis (Foucault, 1989), não são produtivos, não são adequados, então são afastados para que a reprodução (Bourdieu, 1960) da sociedade no ambiente escolar possa continuar sem disrupção. Estas expressões corporais consideradas inválidas pela sociedade são afastadas e tachadas de problemáticas, mesmo que sejam apenas o resultado da interação entre aquele corpo e a interpretação que a sociedade traz para ele. Como mencionado por Le Breton, (1992, p. 8)

Pela corporeidade, o homem faz do mundo a extensão de sua existência; transforma-o em tramas familiares e coerentes, disponíveis à ação e permeáveis à compreensão. Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural.

Negar a existência destas pessoas seja como for, negar suas necessidades ou de qualquer forma tentar coagir a forma como aquela pessoa performa o gênero ainda é um incentivo à evasão escolar, uma vez que o corpo é a ferramenta pela qual as pessoas navegam, interpretam e são interpretadas pelo mundo.

Meu interesse pelo tema da evasão escolar surgiu após minhas experiências enquanto pessoa transgênero que se assumiu publicamente como tal no ambiente escolar, durante o Ensino Médio. Houve uma mudança brutal nas tratativas que eu recebia dos professores e outros funcionários, a passo de que os meus colegas se adaptaram em questão de semanas e então me protegiam de ações negativas por partes da direção e quadro docente. Enquanto inspetores pediam aos alunos que me prendessem no banheiro caso me vissem para que eu aprendesse a “utilizar o banheiro correto”, meus amigos me “escoltavam” ao banheiro; meus colegas sempre respeitavam os pronomes e nome social, enquanto a maioria esmagadora dos professores se recusava e uma inclusive zerava automaticamente minha prova, alegando que não tinha nenhum aluno que atendesse por aquele nome. Foi possível ver uma faceta do sistema educacional com a qual não concordava, especialmente levando em conta que a educação é um direito humano que supera quaisquer preconceitos próprios que só educadores possam ter.

Por conta de tal relação turbulenta com o ambiente de ensino, eu vi minhas notas decaírem drasticamente; mesmo enquanto estudante concursado em um estabelecimento

federal, fui ameaçado de expulsão por orientadores educacionais e diretores desgostosos com minhas recusas a utilizar o banheiro de um gênero com o qual eu nunca me identifiquei. Isto me sensibilizou dramaticamente para a questão da evasão escolar da população transgênero.

Levando em consideração então todo o supracitado, justifica-se a necessidade de uma pesquisa aprofundada e análise diagnóstica da situação educacional das pessoas transgênero e travestis no Brasil, que possam cumprir o papel auxiliar para implantação de práticas, processos e políticas pedagógicas transinclusivas para ambientes acadêmicos da Educação Básica ao Ensino Superior, que contem com mecanismos internos e externos de proteção para a pessoa trans, bem como capacitação obrigatória para profissionais da educação para tratativa com a população transgênero.

Como visto, há resistência mesmo nos espaços onde há amparo legal para o estudante, então não há de se falar na capacidade plena de conhecimentos produzidos anteriormente de lidarem com o tema de forma integral e satisfatória; está mais que óbvio que o assunto ainda não é debatido o suficiente, e não é disseminado entre as escolas, que são os locais de socialização e integração onde este debate deveria estar exposto e ativo.

Para realizar a análise diagnóstica proposta, a pesquisa contará com algumas seções:

Primeiramente, será feita uma análise extensiva dos dispositivos legais disponíveis, na forma de legislação (decretos, portarias e outros documentos oficiais) ou de órgãos que trabalhem a causa.

Em segundo momento, haverá a contextualização do cenário político, comentando as recentes intentadas anti-transgênero sob pretexto da “ideologia de gênero”, e a relação entre a intensificação do ativismo neoconservador e neofascista e a intensificação da perseguição das pessoas trans e das temáticas transgênero em conteúdos programáticos, bem como análises do papel desse sangramento entre política, religião e moralidade, amplamente descrito por Poulantzas, Adorno e outros pensadores das ideologias autoritárias, e sua utilização dentro da retórica transexcludente ou transnegacionista. Para tal, os materiais serão retirados de meios jornalísticos e acadêmicos, de forma a compreender o cenário geral dentro e fora da academia, bem como a percepção geral da sociedade.

Em terceiro momento, serão realizadas entrevistas com pessoas transgênero. Sobre quesito da escolha de entrevistados, particularmente complexo de refletir sobre. Muitas variáveis devem ser levadas em conta para essa escolha. Ao analisar o texto de Erving Goffman, "Estigmatizados", me atentei à sua fala eloquente sobre a escolha de sujeitos para sua pesquisa, sua metodologia e motivações ponderadas por trás dela. No caso, Erving fazia

um estudo sobre as pessoas estigmatizadas, narrando características sociológicas e psicológicas, sistemas de ações e valores e comentários gerais sobre os papéis desempenhados na sociedade por essas categorias (Goffman, 1980, pg. 137-138):

É possível pensar nos defeitos raros e dramáticos como os mais adequados para a análise aqui empregada. Entretanto parece que a diferença exótica é mais útil apenas como um meio de se tomar consciência de suposições de identidade tão completamente satisfeitas que escapam a essa conscientização. É possível, também, pensar que grupos minoritários estabelecidos, como negros e judeus, podem ser os melhores objetos para esse tipo de análise. Isso poderia levar facilmente a um desequilíbrio no tratamento. Em termos sociológicos, a questão central referente a esses grupos é o seu lugar na estrutura social; as contingências que essas pessoas encontram na interação face-a-face é só uma parte do problema, e algo que não pode, em si mesmo, ser completamente compreendido sem uma referência à história, ao desenvolvimento político e às estratégias correntes do grupo. É possível, também, restringir a análise àqueles que possuem um defeito que dificulta quase todas as suas situações sociais, levando-os a elaborar uma grande parte de sua autoconcepção em termos relativos, em termos de sua resposta a essa situação. Este relatório tem argumentos diversos. É provável que o mais afortunado dos normais tenha o seu defeito semi-escondido, e para cada pequeno defeito há sempre uma ocasião social em que ele aparecerá com toda a força, criando uma brecha vergonhosa entre a identidade social virtual e a identidade social real. Portanto, o ocasionalmente precário e o constantemente precário formam um continuum único, sendo a sua situação de vida passível de ser analisada dentro do mesmo quadro de referência."

Tendo como objetivo a compreensão de uma situação geral, não faz sentido que haja uma escolha prévia das situações vivenciadas que devem ou não ser narradas ou analisadas; haverá uma distinção ao comentar sobre os sujeitos e suas falas, para fins estatísticos e de localização daquela forma de pensamento, mas estas não serão de forma alguma eliminatórias no que tange à participação nas entrevistas, sendo o requisito único para esta etapa ser uma pessoa trans que esteja passando ou tenha passado pela etapa da escolarização enquanto pessoa trans, para esta demografia.

Como esta dissertação dialoga diretamente com estudos tais quais os feitos por Adorno em “Estudos sobre a personalidade autoritária” e Reich em “Psicologia de Massa do Fascismo”, é necessário destacar, se existente, caráter religioso e seu envolvimento com avanços e retrocessos no respeito aos direitos humanos da comunidade trans, bem como apontar de forma categórica o envolvimento da intensificação do fascismo e reacionarismo no Brasil e o ativismo antitransgênero. Ao tratar desta temática, é imprescindível nomear de fato os agentes que se põem contra a inclusão transgênero, seja esta de forma velada ou aberta. Assim como assinalado por Adorno, muitas vezes, aqueles que tem tendências autoritárias ou

fascistas não as assume publicamente, embora apoie sua agenda, mas isso pode ser detectado quando se faz um teste de forma mais sutil, focando nas características e sistema de valores, assim como feito por Adorno.

Sobre as entrevistas feitas com a população transgênero, será conduzida para debater o tema de forma qualitativa, será realizada por modalidades presenciais ou virtuais que envolvam contato direto; as perguntas formuladas estarão relacionadas à temáticas de vivências traumáticas, pontos positivos e negativos e sobre a efetiva utilização dos direitos já adquiridos, bem como analisando a trajetória pessoal de forma aprofundada, de forma a entender os impactos da transgeridezidade em suas vivências.

A intenção das entrevistas é mapear onde estão os maiores pontos de atrito, o que está sendo respeitado e o que está se desenvolvendo positivamente, de forma a direcionar as interações conforme caminho de menos resistência, maximizando a integração da comunidade transgênero ao ambiente escolar de forma plena. A preferência a entrevista pessoal para este público na modalidade qualitativa é explicada pelo caráter emocional do tema, requerendo uma tratativa diferencial e mais próxima, de forma a garantir o conforto do entrevistado durante a entrevista. Além disso, a linguagem corporal também é um indicativo importante de desconfortos e problemáticas que a pessoa talvez não esteja ciente, além de qualificar com mais precisão o grau de desconforto ao tratar de tema ou situação específicos que possam gerar uma reação mais emocional ou turbulenta.

Os principais temas debatidos serão: respeito ao nome social; respeito aos banheiros e receptividade da equipe escolar por parte de estudantes transgênero e perfil político-religioso, posicionamento em relação às demandas trans, principais dúvidas sobre a comunidade trans e sua tratativa adequada e experiência prévia com estudantes trans. Para garantir ampla cobertura na hora de debate das temáticas, apesar de não haverem pré-requisitos para participação, haverá uma preocupação em equilibrar as fontes de entrevistas; será necessariamente preenchida uma cota de respostas por pessoas de classes sociais, trajetórias culturais e realidades financeiras diferentes, fazendo uma análise um pouco mais aprofundada do habitus (Bourdieu, 1992) e sua importância na construção da vivência transgênero, bem como os impactos da sua posição social nos tipos e frequência de agressões transfóbicas sofridas, apreciando os entrelaces entre posições dominantes e dominadas dentro de um único sujeito. Como sinalizado por Goffman, (1980, p. 148-149)

Como conclusão, posso repetir que o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro. Os atributos duradouros de um indivíduo em particular podem convertê-lo em alguém que é escalado para representar um determinado tipo de papel; ele pode ter de desempenhar o papel de estigmatizado em quase todas as suas situações sociais, tornando natural a referência a ele, como eu o fiz, como uma pessoa estigmatizada cuja situação de vida o coloca em oposição aos normais. Entretanto, os seus atributos estigmatizadores específicos não determinam a natureza dos dois papéis, o normal e o estigmatizado, mas simplesmente a frequência com que ele desempenha cada um deles. E já que aquilo que está envolvido são os papéis em interação e não os indivíduos concretos, não deveria causar surpresa o fato de que, em muitos casos, aquele que é estigmatizado num determinado aspecto exibe todos os preconceitos normais contra os que são estigmatizados em outro aspecto.

Outros dados quantitativos deverão fornecidos pelo programa Rio sem LGBTIfobia, que se responsabilizará por parte do preenchimento dos formulários por parte de pessoas trans, bem como seleção de potenciais candidatos para entrevista, e disponibilizará dados específicos que serão dispostos em gráficos e tabelas, para visualização das problemáticas de um ponto de vista mais quantitativo. Tais dados, então organizados e dispostos, serão enviados para este mesmo núcleo para registro e utilização de forma prática durante a execução das atividades jurídicas e políticas, atingindo parte do objetivo da pesquisa no que tange à promoção da inclusão transgênero.

FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

As utilizações do nome social e dos banheiros conforme gênero real são uma reivindicação antiga da população transgênero. Referentes a isso, em termos legais, temos a resolução nº12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) que:

“Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.”

Referente apenas ao nome social, temos o Decreto nº 8.727 de 28/04/2016, assinado pela então presidente Dilma Rousseff, que garante o direito ao nome social no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e coíbe a utilização de termos derogatórios direcionados às pessoas transgênero, e a publicação da Resolução nº1 de 19/01/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologada pelo Ministério da Educação, que autorizou o uso do nome social nos registros escolares da Educação Básica. Isso está longe de ser posto em prática por conta da recusa do ambiente acadêmico e seus profissionais de respeitar os direitos da população transgênero por motivos variados, de crenças pessoais e religiosas a puro asco descabido em total desrespeito à legislação vigente, aproveitando-se da ausência do estabelecimento de sanções em caso de descumprimento e fortalecendo-se com apoio de setores neoconservadores e reacionários, muitas vezes com inexistente conhecimento e/ou capacitação na área de ensino e gestão pedagógica para tratativa.

Apesar de seus méritos, o decreto 8.727 ainda prevê a exposição do nome de registro e abre margem para discriminação, ainda que seja mais utilizado e tenha mais visibilidade que a resolução anterior, do CNCD/LGBT, largamente mais inclusiva. O “nome de registro” ou “nome morto”, como chamado pela comunidade, carrega um tom muitas vezes derogatório para a pessoa que transciona. É muito comum, dentro da comunidade, que o nome de registro seja renegado, escondido, por não ser reconhecido como ou real e por trazer à tona memórias que, muitas vezes, não são agradáveis. Em todos os casos, aquele nome já não representa a pessoa, e acaba sendo algo sensível. Por conta disso, apesar de ser reconhecido como um avanço, este decreto ainda tem seus pontos negativos e potencial para gerar problemas como

acusações de falsidade ideológica. A resolução do CNE, que foi amparada pelo parecer CNE/CP 14/17, que dispunha sobre temática semelhante, descreve também esta tentativa como prevenção à evasão escolar, reconhecendo o papel do atendimento humanizado à população transgênero como uma forma de esforço para prevenção da evasão escolar, que é muito grande quando comparada com o resto da população cisgênero. Infelizmente, a resolução também prevê que, no caso de menores de idade, o processo seja encabeçado pelo responsável legal. Levando em conta que a maior parte das pessoas transgênero não contam com o apoio familiar para a transição, ainda há uma margem enorme para problemáticas na própria resolução que deveria sanar a demanda do nome social.

Em contramão ao progresso feito no que tange o decreto 8.727 e a resolução nº1 de 2018 pelo CNE/CP, vários projetos de lei que visam impedir o uso de banheiros conforme gênero real, utilização do nome social e até mesmo mudança de nome e sexo nos documentos civis têm sido propostos, incansavelmente, com objetivo único de afastar a pessoa trans da educação formal, dos serviços públicos e reforçar sua posição deseducada, animalizada e marginalizada sob várias alegações, sendo a mais recorrente a pretensão de “proteger as crianças de predadores sexuais”, implicando diretamente que pessoas trans são invariavelmente predadoras sexuais, moral e sexualmente depravadas, indignas de sequer serem respeitadas como humanas e incompatíveis com qualquer concessão de direitos humanos básicos, como ao nome, corpo e à identidade, e em intenção de barrar o que é percebido como “implantação da ideologia de gênero”, diretamente ligado ao avanço do reacionarismo e ascensão do bolsonarismo em uma reação de fundo místico-religioso característica do pensamento autoritário como descrito por Wilhelm Reich em “Psicologia de Massas do Fascismo”. Fica bem delineada a característica do fascismo da eleição de um inimigo comum, ao qual culpar de forma abstrata pelos problemas da sociedade, utilizando-o como ambos válvula de escape para a crescente insatisfação popular com o cenário econômico e político e cortina de fumaça para distrair de outras situações políticas onde o jugo popular não é bem-vindo. Segundo a Constituição federal de 1988 em seus artigos 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E 206:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.

Porém, o Estado tem sido diretamente desafiado diretamente estes preceitos com o avanço de proposições inconstitucionais, que feririam também o princípio de não-discriminação. A perseguição política aos direitos transgênero dentro do ambiente escolar, promovida principalmente através da bandeira da “liberdade religiosa” e “liberdade de expressão”, é um movimento altamente em desconformidade com a própria legislação. Na Lei de Diretrizes e Bases, encontra-se um reforço destes mesmos ideais, e no Plano Nacional de Educação, podemos encontrar os seguintes preceitos nas metas nº 2, 3, 5, 6 e 10.

II - universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; [...] V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; [...] X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Existe, então ampla base teórico-legal no que tange à necessidade e possibilidade da abordagem dos assuntos de gênero no ambiente escolar e estudantil, independente de alegações e movimentos que possam reinvindicar outras metodologias. Em 2020, uma série de ações com caráter antigênero foram julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com classificações de “Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental” (ADFP) e “Ações Diretas de Inconstitucionalidade” (ADI), deixando explicitamente marcado este caráter inconstitucional dos movimentos reacionários, favoráveis à supressão destas discussões, e também trazendo esperanças com relação aos resultados favoráveis à proteção da liberdade de cátedra e respeito ao legalmente definido por inúmeros documentos.

Como definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 70A, inciso oitavo, devemos preconizar “o respeito aos valores da dignidade da pessoa humana, de forma a coibir a violência, o tratamento cruel ou degradante e as formas violentas de educação, correção ou disciplina”. Isso inclui especialmente o respeito à identidade de gênero, uma vez que o sofrimento psíquico causado pelo desrespeito à identidade é amplamente descrito na psicologia e raiz possível de diversas patologias clínicas.

Como exemplos diretos dos impactos deste pensamento fascizante no cenário político brasileiro, podemos citar 1) projeto de decreto legislativo nº 395 de

18/05/2016, assinado por diversos parlamentares pelos partidos PSDB, PRB, PV, PR, PHS, PSC, PROS, DEM e PTN, e que pretendia sustar o decreto 8.727/16 que se referia às autarquias federais e autônomas e 2) projeto de decreto legislativo N.º 520 de 21/08/2019, apresentado pelos deputados federais Dr. Jaziel (PL), Silas Câmara (REPUBLICANOS), Paulo Freire Costa (PL), Otoni de Paula (MDB), Professora Dayane Pimentel (UNIÃO BRASIL), Filipe Barros (PL), Chris Tonietto (PL) e Eli Borges (PL), que visava sustar a resolução nº1 de 19/01/2018 do CNE que garantia o uso do nome social de pessoas trans na educação básica, utilizando como justificativa, *verbatim*, “pretender barrar o andamento da Agenda de Gênero no nosso país”. Outras tentativas foram registradas, e devidamente reprimidas através das ADFP’s 457, 460, 461, 465, 467, 526 e 600 e das ADI’s 5.537, 5.580 e 6.038, que dispõe sobre regulamentações locais que proibiam utilização dos termos “gênero” e “sexualidade” em ambiente escolar, debates associados a “ideologia de gênero”, entre outros.

É então fácil visualizar que estes poucos direitos conseguidos são débeis e estão sob ataque constante, especialmente por parte dos setores mais religiosos, desrespeitando diretamente a laicidade do Estado. Levando em conta que as pessoas trans em idade escolar, normalmente menores de idade, costumam também não ter apoio familiar e nem meios legais para fazerem valer seus direitos, encontram-se então no elo mais frágil dessa corrente.

Essa escolha da população transgênero e travesti como alvo tem também grande fundo de pânico moral sobre uma perversão da família e da ordem natural, por subverter a família cispatriarcal autoritária e questionar os limites do gênero. Junto com as intentadas contra aulas sobre saúde sexual, discussão de gênero e sexualidade nas escolas, tem toda uma bancada política especializada em tentar impedir ou reverter o progresso na inclusão destes setores LGBTTQIAP+, formada principalmente por partidos de direita. Como reforçado por Louro no capítulo inicial de seu livro “Pedagogia da sexualidade” sobre o papel da escola na formação da identidade e o impacto da experiência escolar na formação do sujeito (Louro, 1999, pg. 11):

O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres “de verdade”. Em que consistia isso? Existiam (e, sem dúvida, existem) algumas referências e critérios para discernir e decidir o quanto cada menino ou menina, cada adolescente e jovem estava se aproximando ou se afastando da “norma” desejada. Por isso, possivelmente, as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado mas sim

se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual.

Outro problema recorrente quando se tratando da temática de gênero e sexualidade é a questão das “fake news”, recurso amplamente utilizado pelos setores contrários para barrar quaisquer avanços. Este foi um pilar importante para a eleição do ex presidente Jair Bolsonaro, tendo o incidente da “mamadeira de pênis” como representante mais icônico da intentada contra a discussão de gênero e sexualidade nas escolas através do “Escola sem Partido”.

Como assinalado por Reich, esta técnica é utilizada há muitos anos. Já na Alemanha na época de Hitler, “notícias” absurdas circulavam com intento de causar desconfiança e insegurança no povo em relação à esquerda e minorias perseguidas, tendo grande impacto na opinião geral da população. Pode-se considerar nessa categoria também o caso do pânico causado pelo “kit gay”, um material didático anti homofobia de 2010 que foi resgatado pelo movimento Escola sem Partido para debater um suposto incentivo governamental à homossexualidade e “ideologia de gênero”.

Mesmo que a questão transgênero e travesti não seja exatamente relacionada à sexualidade, existe uma grande correlação destes pontos na militância moralista e até mesmo dentro da militância LGBTTQIA+, especialmente no ponto de vista do neoconservadorismo e reacionarismo, que rejeitam o conceito de gênero. Como parte histórica da comunidade, os movimentos de liberação sexual e de gênero tem agido em conjunto desde a concepção.

Além disso, como assinalado por Gaudêncio Frigotto em seu livro “Escola ‘sem’ partido: Esfinge que ameaça a educação brasileira”, a utilização pesada de memes e imagens virais com intuito de vilanizar os professores e difamar a liberdade de cátedra, bem como as tentativas de censura aos conteúdos programáticos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ataque direto às discussões de gênero e sexualidade, entre outros, são objetivos visíveis e, no caso do ataque às discussões e à censura, objetivos declarados. A tentativa de inclusão deste projeto de lei na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), gerou toda uma mobilização e propaganda política e jurídica, mesmo que seu conteúdo e a tentativa em si sejam inconstitucionais e incompatíveis com a organização escolar como ambiente de formação coletiva insubstituível.

Todas estas tentativas de confusão em relação à população, seja através de notícias falsas e/ou descontextualizadas, a aversão aos estudos e tendências antiintelectuais são apontados por Adorno como táticas clássicas do fascismo. Tudo aquilo que propõe reflexão, especialmente sobre situações de opressão e desigualdade, é denunciado como “alienação de base”. É mais fácil manipular e convencer alguém que não tem conhecimento aprofundado sobre o assunto, que não tem instrumentos ou sequer tempo para produzir uma análise meticulosa, de forma que é difícil diferenciar ignorância e confusão de real desconhecimento por conta da quantidade de propaganda aos quais as pessoas são expostas pela mídia. Não obstante, ainda há de se falar sobre a repressão ideológica fortíssima presente na mídia enquanto grande veículo da propaganda fascista; para o movimento autoritário, “saber demais” é uma problemática a ser combatida, pois a ignorância funciona melhor para os objetivos e tendências reacionários. Daí, surge essa aversão forjada aos pensadores de humanas, inclusive grandes nomes brasileiros como Paulo Freire, que é reconhecido, aclamado e lido internacionalmente e violentamente rejeitado em seu próprio país, pela população supostamente patriota.

Como caso indicativo da situação política atual das pessoas transgênero e travestis no Brasil, podemos citar a recente condenação do deputado Nikolas Ferreira e seu discurso transfóbico no dia das mulheres de 2023, onde utilizou uma peruca, identificou-se como deputada Nikole; além disso, também procedeu em insultar outra deputada, chamando-a no masculino, e utilizando de tom jocoso para falar de “homens que se identificam como mulheres”¹. Como resultado, apesar do apoio recebido por parte da população, incluindo setores de esquerda com teor transfóbico, ele foi condenado a pagar 80.000 reais em indenização. O mesmo deputado já foi responsável por três notícias-crime no Supremo Tribunal Federal STF em decorrência de seu discurso, e segue sem cassação de mandato, apesar da condenação e suas sucessivas quebras de decoro parlamentar, tratando o processo político como uma piada e direitos humanos como passíveis de negação com base em religião, ferindo completamente a laicidade do governo.

Com o nascimento de movimentos como o “Escola sem partido”, que atacam diretamente a discussão dos temas envolvidos a sexualidade e gênero, sob pretexto de impedir a “doutrinação esquerdista”, de forma notavelmente semelhante com os movimentos anticomunistas de caráter neoconservador ou fascista surgidos durante o “Perigo Vermelho”, e

1 Para mais informações sobre o ocorrido, acessar <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-veste-peruca-na-camara-e-diz-mulheres-estao-perdendo-espaco-para-homens-que-se-sentem-mulheres/>>

como descritos por Adorno em “Estudos sobre a personalidade autoritária”, publicizam-se os supostos entraves para a discussão de temáticas tidas como “esquerdistas”; a questão do controle sobre o gênero e sexualidade pode ser interpretada como necessária para desenvolvimento do fascismo, como assinalado por Reich (1974, p. 100):

O movimento antirrevolucionário originou-se nas crenças da reação, que são sustentadas pelo modo de existência da classe média baixa e pelo misticismo ideológico.

O alvo principal da política cultural da reação política é a questão sexual.

Como consequência do movimento e do aumento do sentimento antitrans, há essa caracterização da população trans e travesti como “inimigos da família”. Como existe um elemento fascista clássico da alegação do interesse na proteção da família, ordem natural e pureza, sendo a instituição da família cisgender normativa uma réplica em escala menor do sistema de controle do Estado e uma espécie de treinamento. Por isso, é imprescindível que esta não sofra alterações; sua estabilidade é, segundo Reich, vital à manutenção e propagação da ordem autoritária do Estado. Como citado por Reich (Reich, 1974, p. 94)

Na propaganda política, que tem o objetivo de provocar efeitos psicológicos nas massas, não se lida diretamente com processos de natureza econômica, mas com estruturas humanas. Este ponto de vista impõe uma abordagem definida no trabalho de higiene mental, a qual, se não for levada em conta, pode originar erros quanto à psicologia de massas. A política sexual revolucionária não pode limitar-se a evidenciar as bases objetivas em que assenta a família autoritária; deve, sim, se pretende ter um efeito sobre a psicologia de massas, apoiar-se no profundo desejo humano de conhecer a felicidade na vida e no amor.

Enfrentando basicamente sozinhas a direção escolar, os professores e funcionários, que ocupam uma posição de poder, em algum momento fica física e mentalmente inviável permanecer naquele ambiente; é relatado por pessoas trans a ocorrência de repetidas infecções urinárias, que só ficam piores, atribuídas à problemática do uso do banheiro. Às pessoas que controlam a ingestão de líquidos com o propósito de evitar idas ao banheiro em horário escolar, temos a possibilidade aumentada da ocorrência de infecção e cálculo renal (especialmente se a criança ou adolescente estiver em regime integral). As reclamações sobre desrespeito no uso de banheiros tem um pivô em comum: nos melhores casos, há alegação da equipe escolar que a utilização de banheiros separados/segregados é para conforto do próprio aluno e dos demais, embora estes alunos afirmem que não há conforto algum na exclusão, como narrado nos relatos fornecidos pelo grupo “Mães Pela Diversidade” na matéria “Jovens trans enfrentam barreiras para utilizar banheiros em escolas”, publicada em 2022 pela Folha

de São Paulo. A estagnação do processo no Superior Tribunal Federal (STF) referente ao assunto é apenas um reflexo de uma sociedade radicalmente transfóbica e incapaz de pensar a pessoa trans enquanto qualquer outra coisa além de predadora e um risco a todos à volta, e portanto, uma ameaça ao usar o banheiro junto com o resto da população.

Outra problemática que, nesse caso, pode não se aplicar a todos os colégios, é a dos uniformes separados por gênero (que não estão presentes em todas as instituições de ensino). Como exemplo, podemos citar uma ocorrência em 2014, quando houve um “saiaço” no dia 02/09 na unidade São Cristóvão do Colégio Federal Pedro II, no Rio de Janeiro/RJ, em apoio a uma aluna transgênero que foi impedida de utilizar uma saia, adequada ao uniforme feminino, no dia 23/08. Ao contrário da maior parte das ocorrências, esse caso teve um desfecho positivo; após a manifestação, foi permitido que outras pessoas trans utilizassem o uniforme conforme gênero real, provando que a direção e quadro de funcionários pode ser a maior barreira entre as pessoas trans e a educação, enquanto os discentes podem ser o ponto de apoio para aquela pessoa que transiciona.

Outro caso pertinente é o ocorrido em 2017, quando uma aluna trans de 13 anos foi expulsa de uma instituição do Ceará, que alegava que “deveria procurar uma escola que pudesse atender às necessidades da aluna”. A mãe ainda comenta que a instituição se recusava a respeitar a resolução nº 12/2015, que versava sobre o uso de banheiro e nome social, expondo a criança a fortes constrangimentos. Este caso ganhou visibilidade através das redes sociais e a escola, face ao protesto que ocorreu e toda a publicidade negativa, emitiu nota lamentando o erro, assegurando que a aluna teria uma vaga naquele colégio. A inviabilidade da publicização de toda atitude errônea e excludente por parte de estabelecimentos de ensino torna a situação insustentável, uma vez que a maioria das pessoas transgênero não tem meios para tal. Ficam então atadas as mãos dessa população quanto à própria discriminação. A impossibilidade da negociação, ou até mesmo a necessidade de negociar estes direitos garantidos explicitam o (não) lugar dessa população no meio acadêmico dentro dos moldes atuais, altamente excludentes. Como comentado por Mourin em “Introdução ao pensamento complexo” sobre a tendência da modernidade a simplificar quaisquer objetos de análise (2005, pg. 13):

Os problemas humanos são entregues, não só a esse obscurantismo científico que produz especialistas ignaros, mas também a doutrinas obtusas que pretendem monopolizar a científicidade (após o marxismo althusseriano, o econocratismo liberal), a ideias-chaves ainda mais pobres por sua pretensão de abrir todas as portas (o desejo, a mimese, a desordem, etc), como se a verdade estivesse fechada num

cofre-forte de que bastaria possuir a chave, e o ensaísmo não verificado partilhava o terreno com cientismo limitado.

Infelizmente, pela visão mutiladora e unidimensional, paga-se bem caro nos fenômenos humanos: a mutilação corta na carne,verte o sangue, expande o sofrimento. A incapacidade de conceber a complexidade da realidade antropossocial, em sua microdimensão (o ser individual) e em sua macrodimensão (o conjunto da humanidade planetária), conduz a infinitas tragédias e nos conduz à tragédia suprema. Dizem-nos que a política "deve" ser simplificadora e maniqueísta. Sim, claro, em sua concepção manipuladora que utiliza as pulsões cegas. Mas a estratégia política requer o conhecimento complexo, porque ela se constrói na ação com e contra o incerto, o acaso, o jogo múltiplo das interações e retroações"

A tendência da sociedade atual não só de tentar criar regras deterministas para diversas instâncias onde estas não cabem, mas de excluir as pessoas com bases nessas regras, criadas através da ilusão da neutralidade e através do que é denominado por Mourin como "inteligência cega", culminam na utilização desse conhecimento mutilado, determinista e que tende a não levar em conta as características específicas das situações, caindo em um reducionismo contraproducente e levando à exclusão e causando mais problemas sociais do que se propõe a solucionar. Essa obsessão com o controle e docilidade dos corpos (Foucault 1977) acaba desaguando em situações de constante coerção social.

OBJETIVOS E MÉTODOS

Levando em consideração as problemáticas expostas, esta pesquisa apresenta-se com caráter de estudo exploratório de cunho analítico, para fins diagnósticos. Tal metodologia foi escolhida por seu alinhamento com os objetivos estabelecidos, e por permitir estabelecer um cenário claro para utilizar como base para não somente esta análise como análises futuras, cumprindo sua função social de disseminação do conhecimento científico. Este estudo não limita-se ao *locus* onde é realizado, e pretende identificar problemáticas gerais através dos casos particulares analisados.

Este texto tem como objetivo a criação de uma narrativa que leve em conta não apenas os aspectos pedagógicos e psicológicos, mas também os aspectos legais, apontando essas recusas ao uso de nome social como a afronta aos direitos humanos e desrespeito direto às leis já sancionadas que são, e investigando o lugar do educador e do gestor educacional como uma figura fundamental na retenção da pessoa trans no ambiente escolar; é necessário também ratificar a importância de proteger o direito ao acesso banheiro, ao corpo e à identidade da pessoa trans integralmente; é necessário criar uma “baliza” para lidar com as infinitas situações adversas que podem e vão surgir dentro do ambiente acadêmico, por conta de sua natureza altamente dinâmica. Este será imbuído de dados referentes à pesquisa autoral sobre os constrangimentos, problemáticas e casos recorrentes entre a população transgênero de idade escolar.

Para composição do cenário como um todo, foram utilizadas matérias jornalísticas, teses de doutoramento, artigos, pesquisas, projetos de lei, dispositivos legais, entre outros, para que fosse possível analisar a temática sob vários prismas diferentes, uma vez que a tratativa e narrativas dadas às situações também variam conforme a interpretação do sujeito sobre a gravidade (ou não) de certas ocorrências; a análise de discurso é fundamental quando se tratando de temáticas que envolvem preconceito, uma vez que este se reproduz pesadamente na linguagem de forma constante e inconsciente.

Esta dissertação intenciona produzir dados qualitativos, provenientes de uma metodologia de pesquisa mista que integra pesquisa bibliográfica, criação de dados com base em entrevistas semiestruturadas e comentários contextualizados sobre as informações disponibilizadas nas entrevistas.

OBJETIVOS DO ESTUDO

- Analisar as possibilidades e realidades da inclusão trans na educação atual à partir da legislação existente
- Diagnosticar os maiores pontos de atrito entre alunos e funcionários em relação à tratativa das pessoas trans que poderiam levar à evasão
- Investigar o papel do apoio familiar, social e religioso na prevenção à evasão escolar da população trans
- Mapear as narrativas sobre trajetórias escolares trans através das entrevistas e identificar pontos de atrito, eficácia da legislação vigente e outras problemáticas relacionadas à inclusão

QUESTÕES DE ESTUDO

As questões propostas para análise neste estudo serão:

- O que temos, até agora, em termos de legislação, de previsões sobre a inclusão escolar/educacional de pessoas trans?
- Como é possível certificar-se de que essa legislação está sendo cumprida? E se está, quais seus impactos?
- Qual é o nível de conhecimento existente sobre esta legislação pelos profissionais da escola?
- Quais as maiores dificuldades e motivações dadas pelos profissionais da escola para seguir ou descumprir a legislação vigente?
- Qual o impacto do apoio (ou ausência deste) por parte da gestão escolar na evasão trans?
- Como o posicionamento da gestão escolar reflete na reação dos estudantes à pessoa trans e sua tratativa?

- Como o apoio, ou falta dele, por parte da família e amigos influencia no rendimento escolar e na evasão?
- Como a religião (própria e de outrem) impacta na realidade social da pessoa trans, influenciando, entre outros, a permanência ou evasão da pessoa trans no ambiente escolar?
- Como o relacionamento com outros estudantes foi impactado pela transição?
- O que mais estimula ou desestimula o/a estudante a continuar sua formação escolar?
- O que poderia ter sido feito, no caso de evasão, para que ela fosse evitada?

SUJEITOS DO ESTUDO

O foco deste estudo são as pessoas transgênero que estão passando ou passaram pela idade escolar já se identificando enquanto transgênero, bem como suas vivências e experiências, positivas e negativas, e seus impactos na vida acadêmica a longo prazo. Entrevistas serão realizadas com pessoas trans, para melhor compreender as possíveis problemáticas e obstáculos fornecidos ou superados por essa população e sua relação com educadores e agentes educacionais responsáveis pela gestão da unidade de ensino. Entretanto, também serão ouvidas pessoas que não iniciaram a transição em fase escolar, para comparar as experiências.

A escolha dos entrevistados transgênero foi feita de forma orgânica, através de procura direta em ambientes virtuais. As deficiências de público que foram notadas, foram supridas através de outros meios de captação de entrevistados, desta vez focados em uma população demográfica específica que estava representada de forma desigual. A seleção das pessoas entrevistadas foi realizada conforme critérios de diversidade, tentando abranger também casos anômalos e atípicos e incluindo na amostra pessoas de diferentes grupos econômicos, sociais, estéticos, etc.

PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como parte da intenção diagnóstica, alguns procedimentos foram escolhidos devido à sua eficácia na coleta de diferentes tipos de informação. Dentre os métodos escolhidos encontram-se: análise documental e bibliográfica; e entrevistas presenciais ou virtuais semiestruturadas, que foram gravadas para análise aprofundada posterior e então destruídas para preservar as pessoas entrevistadas, guardando-se apenas a transcrição. Os procedimentos, de forma detalhada, são os seguintes:

Análise documental: Os documentos analisados nesta etapa serão de várias naturezas; notadamente, os mais predominantes são documentos jurídico-legais (tais quais projetos de lei, decretos, apenses, etc) e documentos acadêmicos (artigos, livros, teses, etc), porém outros documentos jornalísticos também serão utilizados como forma de integrar ocorrências reais e manifestações conhecidas de possíveis problemáticas com a teoria já conhecida nos momentos anteriores à realização das entrevistas e análise dos questionários próprios. O objetivo desta etapa é, no que tange à parte jurídico-legal, caracterizar as políticas públicas disponibilizadas e seus métodos de acesso, especialmente as dificuldades associadas, bem como seus potenciais usos e falhas.

Entrevistas semiestruturadas: Nesta etapa, serão feitas entrevistas com pessoas transgênero. Se dará nesta fase a análise das questões relativas às experiências diretas relatadas por pessoas transgênero, bem como análise das principais problemáticas e sugestões de possíveis correções e comentários sobre situações recorrentes de transfobia, além de algumas questões pessoais relevantes para a temática.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA PESSOAS TRANSGÊNERO

I. Há quantos anos você se assumiu?

II. Como foi a sua trajetória escolar em termos de notas, e como a transgeneridade a influenciou?

III. Como foi a reação da sua família com a transição? Como ficaram as relações depois da “saída do armário”?

IV. Como ficaram as relações sociais dentro da escola? Como foi com os colegas, professores, funcionários, etc?

V. Além da questão transgênero, como você descreveria o seu ambiente escolar e o clima que ele tinha antes, durante e depois da transição?

VI. Você acha que a transfobia influenciou de forma negativa na sua capacidade de aprendizado? Você sente que foi prejudicado/a/e direta ou indiretamente em relação ao conteúdo programático e sua habilidade de prestar concursos?

VII. Você acha que os traumas dos tempos escolares trazem problemas hoje pros seus relacionamentos familiares, românticos ou platônicos? Se sim, como?

VIII. A evasão ou possibilidade dela impactou negativamente na sua saúde mental durante o período? E depois?

IX. Você tem religião? Como vê a relação entre transgeneridade e fé (seja a sua própria ou de outrem)?

X. Você acha que, por conta dessas dificuldades com a instituição escolar, sua empregabilidade ficou prejudicada?

XI. Você acha que o conservadorismo está relacionado a situações de transfobia por quais você possa ter passado?

XII. Houve algum ou alguns funcionários do colégio que te marcaram positivamente, em relação a apoiar e defender? Se sim, isto foi importante para sua permanência?

XIII. Houve algum ou alguns outros estudantes que te marcaram positivamente, em relação a apoiar e defender? Se sim, isto foi importantes para sua permanência?

XIV. Existe algum ou alguns pontos altos ou baixos da sua experiência escolar que você acha importante compartilhar ou mencionar?

1 – GÊNERO, POLÍTICA, LEGALIDADE E MARGINALIZAÇÃO

Neste capítulo, faremos uma recapitulação dos movimentos legais de diversos projetos de lei, decretos, resoluções e apenses que tangem a temática transgênero e seus direitos, focando sempre no discurso e justificativa utilizados para a barragem de tais direitos, bem como suas implicações lógicas e morais. A ordem de aparição será cronológica para os projetos, decretos ou documentos principais; cada um terá discriminado seus possíveis apenses, bem como tais serão individualmente comentados quando cabível ou descritos em conjunto, caso haja uniformidade de conteúdo.

1.1 – Resolução nº12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)

Os artigos propostos pela resolução em quesito são:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflete adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Art. 2º Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Art. 3º O campo “nome social” deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

Art. 4º Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 5º Recomenda-se a utilização do nome civil para a emissão de documentos oficiais, garantindo concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

Art. 6º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 7º Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

Art. 8º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida

também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Art. 9º Estas orientações se aplicam, também, aos processos de acesso às instituições e sistemas de ensino, tais como concursos, inscrições, entre outros, tanto para as atividades de ensino regular ofertadas continuamente quanto para atividades eventuais.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tal redação é extremamente avançada no que se refere a previsão de direitos, especialmente se levarmos em conta que ela foi pioneira. Como esperado, houve tentativas legais de sustar tal resolução, com justificativas que navegam entre o jurídico e o moral, porém sem sucesso. Entre as tentativas, podemos citar o projeto de decreto legislativo (PDC) 16/2015 de autoria de Marco Feliciano (na época, filiado ao PSC), que susta a aplicação da resolução nº12. Nesta redação, são mencionados os motivos jurídicos que justificariam esta necessidade; devido ao cunho deste projeto, não comentarei estes, e focarei então apenas nas razões morais e éticas. O primeiro parágrafo termina referindo-se à resolução como um absurdo, ditando o tom do resto do texto. Segue o trecho pertinente à análise, finda a seção jurídica da justificativa:

Como se não bastasse, a partir de agora deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Ou seja, a possibilidade de permitir que, pessoas que digam que sua identidade de gênero é diferente de seus cromossomos, possam usar os mesmos banheiros que as demais pessoas confrangerá a norma dos bons costumes, ferindo, também, o art. 5º, inciso X, da Constituição Federal – direito a intimidade –, que é considerado clausula pétreia.

Por fim, obriga, ainda, a garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Sendo que este último absurdo fere o Estatuto da Criança e do Adolescente no momento em que não obriga aos pais, responsáveis, tutores e/ou curadores, a notificarem as instituições de ensino sobre a identidade de gênero. Ademais, isso retira o pátrio poder, podendo inclusive levar aos pais a serem responsabilizados civilmente por atos abusivos e/ou ilícitos dos seus filhos no caso dessa negativa, já que não existe notificação dos responsáveis.

É possível notar que, para o autor, o fato de que pessoas transgênero tem necessidades fisiológicas e que, eventualmente, deverão utilizar banheiros, é um completo absurdo. Os bons costumes são utilizados de forma débil como justificativa, conforme esperado de movimentos de cunho neoconservador ou neofascista. Não há muita explicação sobre como exatamente os bons costumes seriam feridos. No caso, como seria possível averiguar como a pessoa pertence ou não a um banheiro? Haveria verificação de genitália e documentos? Se

sim, esta não seria uma perturbação muito maior do que a que pretende conter? Além de dispender aparato para contratar funcionários que tomassem conta, definir parâmetros para identificação e talvez até criar novas identidades que indicassem quando uma pessoa é transgênero (uma vez que apenas o documento não indica genitália ou cromossomo)... Ironicamente, na justificativa legal, constava justamente estas mesmas problemáticas relacionadas à contratações e financeiro, como razão para sustar a resolução em todos os apenses. Em seguida, comenta sobre suposto ferimento ao inciso X do art. 5º da Constituição Federal. Trago, então, o mesmo:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

A utilização de banheiros conforme identidade de gênero real não viola intimidade, privacidade, honra ou imagem de pessoas; a segregação, exposição e negação de direitos de pessoas transgênero, sim. Inclusive, direito à privacidade este que seria violado, caso estas pessoas fossem obrigadas a revelar sua condição transgênero ao utilizar o banheiro. Mas é notório que este direito se aplica apenas a pessoas que são inteligíveis como tal; neste caso, as pessoas transgênero configuram como abjetas, não passíveis de compreensão enquanto sujeito humano portador de direitos.

Então, versa sobre obrigatoriedade do reconhecimento da identidade do estudante sem necessidade da provação parental. Este é, sem dúvida, um dos pontos mais avançados desta resolução, uma vez que prevê as possibilidades da falta de apoio familiar. Levando em conta que aqueles que tem algum apoio são minoria, isso é uma grande vitória no que tange os direitos dos menores de idade provenientes de lares excludentes. A necessidade de consentimento familiar é um grande entrave, e afeta diretamente a chance de formação daquele indivíduo, que se vê traumatizado pelo ambiente escolar e sua recusa em respeitar a identidade.

Prossegue, então, alegando que a não obrigatoriedade de tutores, pais e/ou responsáveis de reportar a condição transgênero da criança ao estabelecimento de ensino feriria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sem realmente explicar o porquê. Como isso, de alguma forma, responsabilizaria os pais por atos negativos também não é esclarecido. Como um todo, o texto é confuso e não fornece bases sólidas para as alegações feitas.

Em adição a este projeto, houve ao total outros 4 apenses (30/2015, 48./2015, 91/2015, 115/2015) de teor parecido. O apense 30/2015, de autoria de Eros Biondini (na época, filiado ao PTB) limita-se a não utilizar justificativas morais, apenas orçamentárias e jurídicas, tais quais os 48/2015 e 91/2015. O primeiro provém explicações mais aprofundadas sobre as afirmações do projeto de decreto inicial, e os próximos dois tem adições menores ou irrelevantes. Em outra mão, o apense 115/2015, de Alfredo Kaefer (na época, filiado ao PSDB) tem um tom mais alarmista. Na sua justificativa, consta:

A Resolução 12 de janeiro de 2015 da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República tenta impor a ideologia do gênero em flagrante desrespeito ao Congresso Nacional num malabarismo antidemocrático. O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado no ano passado expressando a vontade da sociedade na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

O tema foi intensamente debatido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo dele excluída a menção à “igualdade de gênero” pela relação direta que tem com a chamada “ideologia do gênero”. Os embates democráticos e a retirada da linguagem de “gênero” foram amplamente noticiados.

O Congresso Nacional cumprindo com suas prerrogativas constitucionais elaborou uma legislação robusta de referência e respeito, preservando a sociedade de inconvenientes confusões que poderiam causar tal ideologia do gênero principalmente na educação.

A Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015 a pretexto de buscar a igualdade entre todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive quanto a sexo, orientação sexual, violou frontalmente a Constituição Federal, o Código Civil, e o Estatuto da Criança e Adolescente.

Vale destacar que a matéria veiculada na referida resolução deveria obrigatoriamente ser objeto de Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, já que cria diversos direitos e obrigações não estabelecidos em Lei, que interferem inclusive na livre iniciativa privada e nas normas de identificação civil, o que pode inclusive gerar confusão e erro, culminando com fraudes na emissão de documentos.

O Poder Executivo extrapola, em desconsideração ao inciso V do art. 49 da mesma Carta Magna, as prerrogativas do Poder Legislativo. O governo não pode passar por cima da Lei e do Congresso Nacional e impor a sua vontade à sociedade brasileira.

Por essas razões, contamos com a aprovação da proposta pelos nobres pares para que seja suspensa a Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República.

Vemos à questão então da “ideologia de gênero”, sobre a qual existe um pânico neoconservador e neofascista. Cita como motivo para tal ato ser antidemocrático a derrubada das menções a igualdade de gênero e similares, por sua suposta proximidade com a temida “ideologia de gênero”. Vemos aqui um esforço para impedir o avanço de direitos que acaba culminando na perda de direitos já estabelecidos para outras demografias que, inicialmente, não estariam envolvidas, tais quais as mulheres cisgênero, no caso da retirada da menção }à igualdade de gênero.

Houve, de fato, ampla pressão política para que estes termos fossem suprimidos, porém esta não partiu da sociedade como um todo, e sim de setores específicos que viram um aumento exponencial em sua expressão política devido à emergência do neoconservadorismo e neofascismo, que viabiliza teórica, financeira e praticamente a sua visibilidade crescente. Podemos citar, como exemplo de comissões desbalanceadas, aquela que discutiu a redação do projeto “Escola sem partido”, composta quase exclusivamente de entidades e figuras à favor da sua aprovação, com pouquíssimo espaço para debate real. Esta falha na representação dos interesses da população é inerente ao sistema político atual, e isto deve ser levado em conta quando refletindo sobre o que pode ou não ser considerado antidemocrático. Em outra perspectiva, temos também a questão da necessidade da inclusão na democracia. Não se trata apenas de, como citado pelo ex presidente Jair Bolsonaro, a minoria curvando-se à maioria. Existem outros conceitos envolvidos, por exemplo os que ditam a não discriminação e a preservação da identidade e dignidade humana. O direito à crença religiosa e ideologia política não sobrepõem-se de forma alguma aos direitos à existência, identidade e igualdade possuídos por pessoas transgênero em mesmo grau que pessoas cisgênero.

Neste ínterim entre a primeira publicação e a última, 7 requerimentos diferentes foram anexados. A maioria pedia desarquivamento, e o mais recente, requerimento 1905/2015 do deputado Arthur Oliveira Maia, solicitava urgência na apreciação do projeto. Até então, nenhuma outra decisão referente foi publicada, e o processo ainda corre.

1.2 – Decreto 8.727 de 28 de Abril de 2016

Este decreto, assinado pela então presidente Dilma Rousseff, “*Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*”. Suas proposições são:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

Art. 3º Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos.

Art. 4º Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.

Art. 5º O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

Art. 6º A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor:

- I - um ano após a data de sua publicação, quanto ao art. 3º; e
- II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Apesar de este decreto sanar algumas das problemáticas que envolvem o nome social, suas maiores falhas são não preverem nenhum mecanismo de apoio ou sanção para descumprimento, e não prever nenhuma cobertura para outras esferas, além das sob administração pública direta. No contexto educacional, isto garantiu que alunos de escolas públicas pudessem solicitar a utilização do nome social, porém essa ausência de penalidade para o descumprimento é um incentivo ao desrespeito dos direitos conquistados. O relatado largamente é que, mesmo com auxílio da legislação, ainda há resistência por parte dos estabelecimentos de ensino.

Embora este decreto possa ser utilizado como base para solicitação da utilização do nome social em âmbito privado (seja em estabelecimentos de educação ou outros), seu cumprimento fica desobrigado nessas esferas, transformando a utilização em potencialmente mais complicada, especialmente para aqueles que são considerados menores de idade sem apoio familiar. Outra problemática que se repete também em normativas internas é a que fala sobre a disposição de ambos os nomes, de registro e social, nos documentos. Devido à baixa demanda e grande desconhecimento de funcionários em relação à utilização, esta também pode ser uma motivação para o desrespeito à utilização ou até mesmo a **surgência** ocorrência de uma situação legal, onde se alega falsidade ideológica ou falsificação de documentos por

parte das pessoas transgênero por conta desta disposição confusa de informações. A exposição do nome de registro dentro da comunidade transgênero é considerada, de certa forma, um tabu e este decreto acarreta na exposição deste de uma forma extremamente desconfortável, causando ainda os mesmos problemas que se propõe a solucionar.

Em oposição ao decreto, temos a entrada do projeto de decreto legislativo de sustação de atos normativos do poder executivo nº 395/2016, apresentado aproximadamente três semanas após a assinatura do decreto nº 8.727. A justificativa contida em seu inteiro teor varia para a questão jurídica, alegando que o decreto tem ações efetivas necessárias que saem do escopo do presidente, sendo então equivocados e passíveis de revogação, a qual eu não debaterei aqui a validade por entender que não está contido na proposta da dissertação. Muitos dos deputados que deram entrada em ações contra a resolução nº 12/2015 do CNCD/LGBT através dos apenses discutidos no subcapítulo anterior assinaram também este projeto, com adição de alguns outros nomes previamente não relacionados, que agora parecem tentar ao menos esconder seu fundo ideológico através de artifícios e justificativas legais (bem como foi a questão da utilização das pedaladas fiscais para o impeachment da presidente Dilma). Houve um certo refino no discurso, talvez com a compreensão que a tecnicidade os protege mais que a utilização das pautas morais, e que a espetacularização funciona melhor em outras esferas.

Com um total de 28 assinaturas, o processo se encontra corrente desde então. Após sua publicação, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), onde teve como relator indicado o deputado Lincoln Portela (PR), que emitiu parecer favorável à tramitação, decidindo pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, ainda em 2018. Desde então, foi arquivado no início de 2019, e seguiram diversos pedidos de desarquivamento através dos requerimentos nº 36/2019, 54/2019, 105/2019, 106/2019, 107/2019, 108/2019, 118/2019, 119/2019, 120/2019, 166/2019, 172/2019, 196/2019, 248/2019, 265/2019 e 323/2019. Houve grande engajamento dos deputados no acompanhamento deste projeto, a ser notado pelo número de solicitações de desarquivamento durante a maior parte daquele ano. Ainda em 2019, o dep. Júnior Bozzella (PSL) foi designado relator, saindo da comissão em pouco menos de um mês de mandato. Desde então, não houve outras movimentações, e não há revogação expressa para o decreto. Em sua fase atual, aguarda-se a indicação de um relator responsável na CCJC novamente.

1.3 – Resolução nº 1/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Esta resolução “*Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.*”, focando nos ambientes de educação básica. Como justificativa, utiliza a questão da persistência das altas taxas de evasão escolar com a legislação do nome social abarcando apenas os que atingirem maioridade legal, invocando princípios democráticos e a necessidade da inclusão da população “LGBTI” nestes ambientes escolares. Dispõe, então:

Art. 1º Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.

Art. 2º Fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica.

Art. 3º Alunos maiores de 18 (dezoito) anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento sem a necessidade de mediação.

Art. 4º Alunos menores de 18 (dezoito) anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Os termos são bem diretos, mas a problemática da necessidade da aprovação/mediação parental para menores de idade continua sendo um impedimento para as pessoas trans que não contam com apoio familiar, que não são uma parcela pequena ou desprezível e que, possivelmente estão em uma posição de vulnerabilidade maior, se comparado àqueles que contam com apoio familiar. A previsão do debate sobre discriminação à orientação sexual e identidade de gênero na sala de aula também é um avanço, e parte do motivo pelo qual houve uma reação negativa em relação à essa resolução, como veremos à seguir na redação do Projeto de Decreto Legislativo 520/2019, do deputado Dr. Jaziel (PR), que “*Susta a aplicação da Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018, do Pleno do Conselho Nacional de Educação, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.*”. Como justificativa para sustar o decreto, ele apresenta o seguinte:

Este Projeto de Decreto Legislativo tem por finalidade sustar a Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. A iniciativa do PDC pretende barrar o andamento da “Agenda de Gênero” no nosso país. Recentemente o caso do menino Rhuan Maycon, de 9 anos em Brasília, que foi morto pela própria mãe, chocou o Brasil e deixou claro a vinculação da morte com a ideologia de gênero. A mãe declarou que matou porque queria que ele fosse menina. Essa Resolução do Conselho Nacional de Educação data de janeiro de 2018, ou seja, ação do antigo Governo. Estamos em um novo momento, novo Governo e precisamos avaliar mais profundamente os pressupostos legais dessa definição. De acordo com o

Professor Orley José da Silva, doutor em Ciências da Religião (PUC Goiás), toda a construção argumentativa da resolução CNE/CP considera exclusivamente o discurso favorável à implementação do Nome Social nas escolas. Ela não dedicou sequer uma linha para o discurso contrário, como se ele não existisse. Mas ele existe e, além de contar com o apoio da maioria da população, sustenta-se em sólidas bases de estudo bio-sócio-psico-jurídicas, que apontam as possíveis consequências que essa política trará no curto, médio e longo prazo para a educação brasileira. Nenhuma dessas políticas resolverá, porém, os possíveis e reconhecidos problemas pontuais de indefinição e/ou confusão identitária. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico da American Psychiatric Association¹, 98% dos meninos e 88% das meninas confusos com seu gênero aceitam o seu sexo biológico naturalmente ao passar pela puberdade. Enfim em termos bio-psico-sociais como jurídicos, a adoção do nome social traz implicações desastrosas para a educação brasileira. E o maior afetado negativamente sempre será o próprio aluno: o que sofre transtorno de gênero, por não ser devidamente cuidado; e o que não sofre, por ter sua identidade natural atacada e fragilizada, ao invés de respeitada e fortalecida.

Esperamos, portanto, contar com o apoio dos nobres Colegas a fim de ver aprovada a presente proposição.

Novamente, vemos presente os termos “ideologia de gênero” como justificativa para negação de direitos às pessoas transgênero. De forma constante, as pautas morais servem como base pesada para esta perseguição, com justificativas que extrapolam qualquer pretensão de razoabilidade. Como uma pessoa matar um filho porque gostaria de ter uma filha está relacionado com utilização do nome social ou com o debate de identidade de gênero e sexualidade nas escolas? Esta conexão é inexistente, sendo a citação deste caso apenas um instrumento para, ao mesmo tempo, criar o antagonista “ideologia de gênero” e estabelecer porque este deve ser combatido. Não é necessário que haja uma ligação entre os fatos (a morte do menino Rhuan) e o alegado problema (respeito ao nome social), contanto que estes fatos condenem as mesmas pessoas que eu condeno, independente de haver ligação ou não. Uma estratégia discursiva falha, mas efetiva, por apelar para emocionalidade ao invés da razoabilidade.

Então, prossegue falando da mudança de governo; ora, pois, se a mudança de governo influencia em direitos estabelecidos, por que não criar uma nova legislação a cada eleição? Ou isto aplica-se apenas em casos específicos, quando lhe é conveniente? A seletividade da aplicação da lei é uma característica política atual (Bugiato, 2022), especificamente das direitas neoconservadoras e neofascistas, bem como a questão das pautas morais como ponto de perseguição.

Cita, então, que a resolução não abrange o discurso contrário, demonstrando má-fé ou desconhecimento do funcionamento de legislações. A legislação não deve prever contrapontos, ela apenas define regras que se aplicam a toda a população. Ademais, fontes

para alegar de forma responsável que a maioria da população é contrária ao nome social não são oferecidas, contando apenas com a discrição do leitor em acreditar ou não.

Em relação às estatísticas sobre confusão de gênero, ao tentar acessar o link disponibilizado, o mesmo se encontra indisponível. Procurei então sua tradução e decidi ler a seção de disforia de gênero (nome diagnóstico atual para transgêneridade) do 5º Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V) para tentar localizar tais dados mencionados. O trecho original, o qual foi deliberadamente descontextualizado, segue (American Psychiatric Association, 2014, pg. 455-456):

As taxas de persistência da disforia de gênero da infância até a adolescência ou a fase adulta variam. Em indivíduos do sexo masculino ao nascimento, a persistência varia de 2,2 a 30%. Em indivíduos do sexo feminino ao nascimento, a persistência varia de 12 a 50%. Há modesta correlação entre persistência da disforia de gênero e medidas dimensionais da gravidez apuradas no momento da avaliação inicial da criança. Em uma amostra de indivíduos do sexo masculino ao nascimento, foi identificada também modesta correlação entre persistência e histórico socioeconômico mais baixo. Não está suficientemente claro se abordagens terapêuticas específicas para a disforia de gênero em crianças estão relacionadas a taxas de persistência a longo prazo. As amostras de acompanhamento existentes consistem em crianças que não receberam nenhuma intervenção terapêutica formal ou que receberam vários tipos de intervenção terapêutica, variando desde esforços ativos para reduzir a disforia de gênero até uma abordagem mais neutra de “espera vigilante”. Não está claro se crianças “encorajadas” ou apoiadas a viver socialmente no gênero desejado apresentam taxas mais elevadas de persistência, visto que elas ainda não foram acompanhadas longitudinalmente de forma sistemática.

Nota-se uma diferença considerável entre o expresso no trecho destacado e o que foi informado pelo autor do projeto em “98% dos meninos e 88% das meninas confusos com seu gênero aceitam o seu sexo biológico naturalmente ao passar pela puberdade.”. A omissão de parte das porcentagens de forma a mostrar apenas o que corrobora melhor seu discurso é, no mínimo, uma tática altamente questionável em termos de ética e moralidade, e que não deveria ter lugar em um processo político.

As supostas implicações desastrosas na educação trazidas pelo nome social e o debate de gênero e sexualidade ainda encontram-se ausentes, uma vez que 5 anos se passaram desde a publicação da resolução sem as repercussões negativas previstas. Termina então dizendo que isto ataca, de alguma forma, o aluno transgênero, como se as pesquisas indicassem quaisquer benefícios em negar a identidade de gênero de crianças e omitir os debates de identidade e sexualidade, e as crianças cisgênero, que de alguma forma teriam as identidades atacadas quando uma pessoa LGBTQIA+ é respeitada ou sequer mencionada no conteúdo programático (valendo também para outras identidades sexuais e de gênero não normativas).

A proposta ainda não teve maiores movimentações, e aguarda designação de relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR).

2 – GENERODIVERGÊNCIA E O AMBIENTE ESCOLAR: RECEPTIVIDADE E ACEITAÇÃO

Tratar a escola como espaço sacro onde a diversidade não deve ser debatida ou estimulada é contraproducente, excludente e antipedagógico; a escola foi “concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/ às quais havia sido negada” (Louro, 2014, p. 61). Em melhor interesse das crianças e adolescentes estudantes, o ambiente escolar deve ser o mais inclusivo e maleável possível, de forma abranger o maior número possível de estudantes e garantir o direito à educação, que vem sendo categoricamente negado para a população trans.

O desenvolvimento e aprendizado provém da interação social e com o meio; quando o aluno encontra em seu meio físico e social resistência, preconceito, desrespeito, seu desenvolvimento será inevitavelmente impactado de forma extremamente negativa; não somente, a permanência em ambiente escolar torna-se inviável. Segundo o defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil e membro conselheiro do Conselho Municipal de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) de Cuiabá, a evasão escolar entre pessoas transgênero é de 82%. Isso significa que 18% das pessoas trans conseguem se formar, e não terá oportunidades para trabalho não precarizado ou sequer formal; a prostituição e o crime tornam-se os meios financeiros mais viáveis para maioria, explicando os números apresentados anteriormente neste texto e a quantidade de pessoas trans reportadas sendo assassinadas durante o exercício de trabalhos sexuais.

Com base em pressuposições binárias e cisnormativas em relação a gênero e corporalidade, controla-se a população trans através de sua biologia e a dociliza através das agressões e microagressões transfóbicas, configurando a transfobia como uma das faces possíveis do biopoder (Foucault, 1977). Através de sua biologia, do controle do uso do banheiro e das outras coerções sociais em relação aos papéis de gênero, o corpo transgênero é docilizado ou excluído; uma vez que a docilidade é mais complexa dentro de uma existência marginalizada, que é naturalmente afrontosa à divisão sexual binária de gêneros, a tendência desloca-se para exclusão. Junto ao condicionamento social e socialização, às vezes sucedem em criar estes corpos docilizados, com um habitus (Bourdieu, 1992) específico que permite ao indivíduo lidar com essas agressões sem que se levante ou revolte, em um processo parecido

com o feito pelos movimentos neofascistas em relação ao descontentamento da população geral.

Infelizmente, assassinato não é a única causa de mortalidade transgênero; conforme verificado no artigo Transgender Adolescent Suicide Behavior, há uma disparidade nas tentativas de suicídio entre mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias no período da adolescência (entre 11 e 19 anos). Para comparações, incluirei como grupo-controle adolescentes cisfemininas e cismasculinos e disporei os dados de forma crescente. Adolescentes cismasculinos seguem com as menores taxas de tentativa, de 9,8%, seguidos pelas adolescentes cisfemininas, com 17,6%. Pessoas em período de questionamento atingem 27,9% de tentativas.

Entre o grupo trans, começamos com as adolescentes transfemininas, com 29,9%, seguidas de pessoas não binárias com 41,8% e, com os mais altos índices, estão os adolescentes transmasculinos, com 50,8% tendo tido pelo menos uma tentativa de suicídio. Deve notar-se que não serão contabilizadas múltiplas tentativas por questões de brevidade. Também foi relatado que aqueles cuja orientação sexual era heterodivergente estavam mais sujeitos a tentativas. Eu escolhi utilizar essa faixa etária por ser a típica escolar, entendendo que estes conflitos e a provável falta de apoio e aceitação no meio escolar são agravantes comuns para pensamentos suicidas, levando em conta que esta é a idade onde forma-se o senso de valor próprio e identidade. É possível achar, com facilidade, matérias jornalísticas ou relatos sobre histórias surreais vividas por pessoas trans durante a trajetória escolar, de desrespeito e perseguição até violência física, que reforçam esta posição de subalternidade em relação ao resto dos estudantes.

Agora, tratando-se do acesso ao ensino superior, não é necessário mencionar novamente o número reduzidíssimo de pessoas transgênero diplomadas com o ensino médio; isso, por si só, já causa uma defasagem absurda de profissionais transgênero com formação em ensino superior. Liderando a implantação de cotas para pessoas transgênero estão principalmente os cursos de pós-graduação, que tem mais autonomia na elaboração do processo seletivo; iniciativa importante, mas que por si só, atinge pouquíssimas pessoas transgênero e não tem efeitos diretos sobre a evasão escolar nos ensinos fundamental e médio, que são as questões mais importantes.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em sua 5º Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, apenas 0,2% de todos os estudantes

do ensino superior são transgênero, enquanto a porcentagem de pessoas transgênero e travestis na população geral gira em torno de 2%, segundo a ANTRA. Esse cenário escancara a exclusão pela qual essa população vive. Mesmo levando em conta a autonomia maior das universidades, podemos citar o caso de julho de 2019, onde o ex presidente Jair Bolsonaro anunciou a suspensão de um vestibular específico para população transgênero e intersexo. O edital publicado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofobia Afro-Brasileira (UNILAB) ofertava 120 vagas ociosas em 19 graduações; alegando que a população não tinha direito a cotas, houve intervenção do MEC e essas vagas ociosas permaneceram ociosas, demonstrando como há uma tentativa muito clara de afastar essa população do ensino superior. Vagas ociosas são obviamente mais interessantes que pessoas trans em espaços acadêmicos quando se pensa com uma mentalidade excludente, especialmente em um regime neofascista.

Como parte desta análise à rejeição voltada às pessoas transgênero no ambiente escolar, podemos observar a pesquisa “Juventudes na escola, sentidos e busca: por que frequentam?”, realizada pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), particularmente em suas páginas 93 a 95, que discorrem sobre “Indicações sobre pessoas que não queria se ter como colega de classe”. Como resultado total, 7,1% dos entrevistados não gostaria de ter uma colega travesti; 4,4% não gostaria de ter colegas transexuais e 2,5% não gostaria de ter colegas transgênero. Curiosamente, quando se olham as estatísticas dessas preferências por gênero, há uma grande discrepância entre homens e mulheres. No caso de travestis, houve rejeição por parte de 3,3% das mulheres, enquanto entre homens, era 11,2%, três vezes maior. No caso de transexuais, houve rejeição de 1,8% por parte das mulheres e 7,2% por parte de homens, e no caso de pessoas transgênero, os índices são de 1,0% e 4,1% respectivamente.

O gênero, como visto, é uma chave importante, com a aceitação da população transgênero neste quesito sendo em torno de quatro vezes maior por parte do gênero feminino. A pesquisa foi realizada com estudantes de três diferentes modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio regular (EM) e Projovem Urbano (PJU). A amostra válida foi de 8.283 questionários, sendo 69,4% deles provindos do ensino médio, 24% provindo da Educação de Jovens e Adultos e 6,7% do Projovem Urbano. Quando analisado apenas pela modalidade de ensino, alunos da EJA e do PJU tem uma tendência consideravelmente maior à receptividade; para a primeira categoria, a rejeição a travestis,

transexuais e transgêneros era 4,3%, 2,6% e 1,2% respectivamente. Para a segunda categoria, as estatísticas são 3,7%, 1,7% e 0,7% respectivamente. Se tratando dos alunos de ensino médio, as estatísticas são 8,3%, 5,2% e 3,0% respectivamente. Tais números evidenciam o que é analisado por Bourdieu em “A distinção”: existe uma tendência de aceitação maior por parte do público feminino por conta dos papéis de gênero, que valorizam a docilidade e receptividade feminina, a ponto de que aos homens é incentivada a agressão e hostilidade. Tais estereótipos são peças importantes na explicação desta discrepância. Além disso, idade também parece ter sua função, uma vez que os alunos da EJA e do PJU, normalmente mais velhos, demonstram ser mais receptivos.

Entretanto, analisando conforme o pensamento de Adorno, existe a possibilidade de uma resposta aparentemente receptiva ser apenas uma projeção; ao perceber que esta rejeição não é vista como “socialmente aceitável”, o indivíduo age de acordo com aquilo que é considerado o esperado, deixando de lado convicções pessoais. A distinção entre o eu projetado e o eu real é uma temática de debate dentro das análises de Adorno; se tratando de uma pesquisa baseada em questionários, deve-se considerar estas possibilidades. É, entretanto, possível concluir que, mesmo que esta não seja a opinião real do respondente, há um reconhecimento das problemáticas relacionadas à exclusão da população trans; nestes casos, não se trataria então de ignorância ou inocência, mas convicção. Ao analisar pelo prisma da docilidade dos corpos, como pensado por Foucault, podemos ver que a disruptão esperada pela presença de uma pessoa transgênero é de magnitude grande, incitando então a docilização ou expulsão daqueles corpos do ambiente, para que o equilíbrio seja supostamente mantido. Esta generodivergência, devo explicitar, refere-se às identidades de gênero não normativas, ou seja, tudo fora do binômio homem/mulher cisgênero. Considero uma divergência não por ser um erro, mas por fugir ao padrão cisnormativo e, por isso, gerar violência normatizadora. Esta generodivergência pode ou não influenciar na sua performance de gênero, e por isso, utilizo dois conceitos para entender o posicionamento das pessoas trans individualmente. Enquanto nome, pronomes e utilização dos espaços sociais são impactadas diretamente pelo seu gênero, sua externalização deste gênero nem sempre precisará ser normativa ou divergente. E a performatodivergência não se limita a pessoas transgênero, uma vez que pessoas cis como bichas afeminadas também são alvo de preconceito por não performarem a masculinidade de forma esperada. Essa discrepancia entre a sua leitura social, sua aparência e vestimentas, seus pronomes e tudo aquilo que te é esperado da sociedade com base em estereótipos de gênero relacionados a comportamento e aparência pode gerar a

violência normatizadora. Tendo noção da interligação e interseccção destes conceitos permite entender como o cispatriarcado em geral atinge de diferentes formas as pessoas que estão no espectro “divergente” (reforçando que essa divergência não indica um problema ou deve ser evitada, apenas que ela traz consigo a possibilidade do sofrimento de violências normatizadoras). Ao entender a separação entre os conceitos, é mais fácil entender as demandas da comunidade trans de forma mais abrangente, entendendo que vários detalhes influenciam na vivência individual.

2.1 – TRANSGENERIDADE, USO DE BANHEIROS E A PROBLEMÁTICA DA PASSABILIDADE

Se tratando da questão da utilização de banheiros, comentarei sobre a tese de nome “Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa”, de Luma Nogueira de Andrade. Em sua pesquisa, realizada em três escolas diferentes, foi aplicado um questionário sobre a utilização do banheiro por parte de travestis para funcionários, gestores e estudantes. “Na sua opinião, qual banheiro travesti (biologicamente do sexo masculino) deve utilizar na escola?”. A média de respondentes afirmando que estas deveriam utilizar o banheiro masculino é de 47,94%; 26,71% opinou que o banheiro utilizado deveria ser o feminino e 21,91% dos respondentes afirmou que travestis não deveriam usar o banheiro. Em uma das instituições analisadas, 100% dos gestores afirmaram que as travestis deveriam utilizar o banheiro masculino e nas outras duas instituições, 33,3% dos gestores indicava que travestis não deveriam usar o banheiro. Tais resultados evidenciam o despreparo da gestão em lidar com situações generodivergentes, chegando ao cúmulo de afirmar que um aluno não deveria utilizar o banheiro, desconsiderando completamente a condição humana e a impossibilidade de negar as necessidades fisiológicas, diretamente expulsando estas pessoas do ambiente escolar.

Os motivos fornecidos para justificar as posições contrárias à utilização do banheiro feminino parte do pressuposto que as travestis apenas “se vestem de mulher”, sem ter uma identidade feminina, culminando na utilização lógica do banheiro masculino, como se tratasse apenas de uma “Drag Queen” ou um “crossdresser”. Essa concepção errônea da identidade travesti é a normalmente fornecida por dicionários, e não há a diferenciação entre o ato de travestir-se (fantasiar-se, enganar) e a identidade travesti (inerentemente feminina), que é culturalmente específica da América Latina e um gênero independente. A biologia é sempre

utilizada como escora, justificando que o pênis é sempre masculino. Em um caso, um aluno ainda afirmou que, caso houvesse a redesignação sexual (retirada do pênis), esta travesti teria então direito ao banheiro feminino. Em outro caso, um aluno afirmou que “biologicamente ele é um homem, e na escola ele devia agir como tal”, reafirmando a noção da escola como espaço separado da sociedade, onde as pessoas deveriam apenas conformar-se ao padrão sem muito apego à sua própria identidade, explicitando um pensamento presente no senso comum que, do ponto de vista pedagógico, não pode ser classificado como menos que violento e excludente. O determinismo biológico tem grande papel na transfobia a qual estudantes transgêneros são expostos diariamente no ambiente escolar, por isso, a importância do debate dentro das salas de aula. Outras respostas, com base em visões religiosas, também foram dadas: “teria que incentivar eles realmente a ser como Deus os criou”, trazendo a religiosidade à tona como justificativa para discriminação.

Há uma classificação da população transgênero, especialmente a população travesti, como de fundo anormal, imoral e portadora dos “maus costumes”. Mais uma vez, é possível ver o sangramento do debate moral para o debate de direitos e inclusão transgênero. A questão da segurança das pessoas cis heterossexuais aparece como primordial, superando o direito da população trans de navegar por espaços. Um dos professores entrevistados por Andrade comenta “Acho que o travesti pode usar o banheiro, desde que com discrição respeitando os colegas heterossexuais”, deixando claro que o ato de usar o banheiro, de alguma forma, pode ser desrespeitoso. Deve ser exercido este direito com precaução, para evitar possíveis inconvenientes para a população normativa, mesmo que às custas da população transgênero. Questões de higiene também foram citadas, justificando que travestis “sujariam os vasos sanitários como homem”, ignorando sequer a possibilidade de que a pessoa urinasse sentada, e naturalizando uma suposta falta de higiene inerente ao gênero masculino. Historicamente, o gênero tem sido um instrumento de separação e imposição de estereótipos, e a escola reproduz isto com primazia em seus conteúdos e práticas. Como podemos ver na afirmação de uma outra professora, “o objetivo dele na escola é estudar” e que a escola “deve transformar, e não ser transformada”. De quais transformações estariamos falando aqui, então? Nesta fala, é possível observar a visão da escola como uma imposição: ela recebe um aluno “errado”, “inadequado” e o transforma em um “cidadão padrão”, de preferência cismaterialista. Nas palavras de Andrade (Andrade, 2012, pg. 157),

O que a professora está defendendo são os interesses do sistema social dos quais também é —vítima», tentando perpetuar os —bons costumes» da tradição, a divisão binária entre macho e fêmea, a cartografia de uma peça teatral que não pode ser improvisada, a cenografia de um espetáculo previsível que não pode mudar de direção, que não pode mudar de roupa, que não pode mudar de palco, que não pode mudar a trama ou o drama do roteiro. É por isso que a travesti não é bem vista neste espetáculo. Ela muda o texto e a textura de tudo, ela confunde os signos, ela ignora as representações e vai além dos personagens, ela sabe os passos da coreografia, mas não dança no mesmo compasso, prefere dançar no seu ritmo, ela conhece os cenários, mas não se limita a eles, ela reinventa os signos e os significados do espaço, ela questiona e é questionada pela disciplina do lugar

Em outro momento, Andrade faz um recorte sobre algumas falas sobre a questão dos banheiros onde as pessoas expressavam algum tipo de dúvida sobre o conforto das travestis, alguns afirmando que seria interessante ou necessário que houvesse um banheiro específico para travestis e gays, também citando a questão do constrangimento, mas agora por parte da travesti. Em algumas falas, há o questionamento sobre qual banheiro as travestis gostariam de utilizar, que também é uma perspectiva interessante e bem fora do comum, uma vez que a preocupação com conforto tende a se deslocar para o público normativo, a população cisgênero. Problemáticas relacionadas à passabilidade e sua subjetividade são citadas por Cicillini e Almeida em seu artigo denominado “Pessoas *trans* e espaços escolares: o uso do banheiro feminino e seus impactos” através da fala dos entrevistados nos seguintes trechos (Almeida e Cicillini, pg. 6):

“Fui entrar no banheiro masculino, pois entrar no feminino iria causar um problema, então, na hora em que eu fui entrar no masculino, tinha uma senhora que me falou: ‘Você está entrando no banheiro errado.’ Ai, eu fui para o feminino. Ai, eu disse: ‘Ai, minha nossa senhora, e agora?’ Eu voltei e entrei no masculino. Eu deveria ter ficado no feminino, porque na hora que eu entrei no masculino e que estava lavando as mãos, que eu saí, entra um senhor: ‘Desculpa, senhora, eu entrei no banheiro errado.’ Eu fiz o homem entrar no banheiro errado. (Edna, Uberlândia-MG, janeiro de 2013)[...]

Danye: Quando eu estava na faculdade, eu entrei rapidão no banheiro masculino. Na hora em que eu entrei no banheiro masculino um homem falou assim: “Oh! Seu banheiro não é aqui.” Porque ele me via como mulher. Não é? E eu ainda estava no processo [de transformação]. A partir daí eu comecei a usar o banheiro feminino. No meu terceiro ano alguém reclamou, mas eu era muito amigo da diretora e ela me deu uma chave para eu usar o banheiro de deficientes. (...)

Pesquisador: Foi uma aluna quem questionou?

Danye: Foi. Isso depois de três anos usando o banheiro feminino. Ai, a diretora, virou e falou: “Danye, para gente não criar caso, eu sei que você entende muito bem, não é? Vamos fazer com que você use um banheiro só você.” Ai, por um lado você pensa: eu podia continuar no banheiro feminino. Só que eu achei tão legal. Eu sabia se alguém me visse ali, no banheiro dos deficientes, entrando... Eu fiquei nesse negócio, nessa questão do banheiro. Hoje, eu não tenho (Danye, Orizona-GO, janeiro de 2013).”

Como é possível observar, a forma como uma pessoa avalia sua leitura pelos outros é tão subjetiva quanto a forma quanto as outras pessoas a leem. Desta forma, “estar passável” ou não é algo bem variável, e uma pessoa que parece passável para mim pode não o parecer para outrem, e vice versa. Além disso, o conceito em si carrega, na percepção pública, alguns elementos problemáticos. Sua transgeneridade em si será questionada com base nas percepções cisgêneras de aparência, definindo que 1) “parecer trans” é ruim, e 2) o objetivo de todas as pessoas trans não pode nunca ser a autenticidade, e sim sempre uma mímica do comportamento cisgênero. Esse elevado grau de egocentrismo é típico de uma sociedade cismática, que preza papéis bem definidos e através de múltiplas violências e correções, normatiza e dociliza os corpos para esta lógica. Então mesmo quando é utilizado o banheiro conforme o gênero designado ao nascimento, ainda há a possibilidade de constrangimentos por parte de outras pessoas, que podem ter leituras de passabilidade divergentes sobre um mesmo indivíduo, devido a esta subjetividade com a qual nós atribuímos características e construímos o que percebemos como masculino e feminino. Apesar de a sociedade ter uma divisão clara, a forma como nós internalizamos e interpretamos essa divisão vai influenciar no que é percebido dentro dos espectros de masculinidade e feminilidade, sendo esta uma parte do *habitus* (Bourdieu, 1992). Neste sentido, o gênero explicita a sua característica performática/interpretativa: através desta lente, você analisará o certo e o errado, o incentivado e o repreendido e entenderá um mesmo fenômeno como sendo pertencente a um gênero ou outro. Através da externalização pessoal da internalização dos papéis e estereótipos de gênero você então formará seu sistema de valores, ao qual recorrerá para quaisquer leituras que, de alguma forma, perpassem o corpo, uma vez que, dentro da experiência humana atual, o corpo, sua performatividade e a interpretação que outrem tem sobre o si são indissociáveis.

Em relação à criação de um terceiro banheiro e suas possibilidades, há alguns pontos que eu gostaria de esclarecer e que podem ser problemáticos. Primeiramente, existe parte da comunidade transgênero, a comunidade não-binária (ou “NB”, como costuma ser abreviada pelos próprios nativos da categoria) que defende a criação do terceiro banheiro, de gênero neutro. Note que o banheiro de gênero neutro pode ou não ser exclusivo para pessoas não-binárias, mas a impraticabilidade da verificação torna os pedidos muito mais no sentido de um banheiro unissex de uso livre. Existem estabelecimentos de ensino que já aprovaram a criação de tal banheiro, tal qual a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que versa sobre o tema tanto na adaptação dos banheiros da universidade quanto do próprio alojamento.

Entretanto, nem toda proposta de um terceiro banheiro é válida, pois existem os clamores, como visto no parágrafo acima, para um banheiro segregado para pessoas LGBTTQIAP+, que vai exatamente na mão contrária à inclusão proposta pelo banheiro unissex. A diferenciação é de suma importância, pois não há base legal que permita a discriminação conforme orientação sexual, e a criação de um banheiro obrigatório exclusivo para pessoas LGBTTQIAP+, além de verificar que é impossível comprovar ou não se alguém é de fato LGBTTQIAP+, tornando o pedido absurdo.

Existem também as dissidências dentro do movimento trans, sobre a necessidade da criação do terceiro banheiro, por dois motivos: mesmo que a intenção declarada não seja obrigar pessoas LGBTTQIAP+ a usarem este banheiro unissex, esta sempre é uma possibilidade a ser levada em conta, por conta de toda a pressão social exercida sobre estes corpos generodissidentes em específico, e esta poderia ser uma baliza utilizada por pessoas cisgênero heterossexuais para excluir pessoas de gênero e sexualidade divergentes. Esta visão pode ser problemática, pois desloca para o banheiro unissex (e para a comunidade trans, por consequente) a responsabilidade pelo possível mau uso que pode ser ocasionado por pessoas cis hétero, e sua não criação atingirá diretamente pessoas não-binárias que não se sentem confortáveis utilizando nenhum banheiro já existente, causando de forma indireta mais problemas do que procura resolver. Esta parte da comunidade ficaria prejudicada como “dano colateral” para tentar evitar mais discriminação, ignorando que a discriminação estará presente de qualquer forma em uma sociedade cismutativa, esteja o terceiro banheiro presente ou não, assim como já é na maioria dos espaços.

O segundo ponto, definitivamente mais complexo, é a questão do binarismo dentro do movimento transgênero. Como já mencionado, a transgeneridade está ligada à falta de identificação da pessoa com o gênero atribuído ao nascimento. Isto pode se manifestar através de uma identidade considerada binária, que seriam os gêneros masculino e feminino, ou através de uma identidade que não se encaixa parcial ou totalmente como masculina ou feminina. Neste último caso, podemos citar pessoas agênero, que não se identificam com o próprio conceito de gênero; demigênero, que caminham entre uma identidade neutra ou âgenero e uma das identidades binárias; pessoas de gênero fluido, cujo gênero está em constante mudança, podendo fluir entre várias denominações diferentes, entre outros. Existem militantes trans que patologizam a não-binaridade ou a descartam como “tentativas de pessoas cis de cooptar o movimento”, entre outros julgamentos alinhados com a sociedade binária que descarta a existência de manifestações diferentes de gênero.

Como mencionado por Goffman em “Estigma”, é possível notar que o estigma, ao invés de uma posição bem definida, é um tipo de performatividade desempenhada por ambas as partes; se trata de papéis e das expectativas sociais que recaem sobre cada grupo, e como eles serão desempenhados. É possível, então, ser simultaneamente estigmatizado e estigmatizante. Além disso, em certo nível o estigmatizado é incentivado a sentir repulsa por sua própria condição e de seus semelhantes, sendo capaz de reproduzir aquela estigmatização como forma de autovalidação, o que pode explicar essa parte sectária do movimento e sua atitude perante membros da sua própria comunidade. A questão da patologização do estigmatizado é posta por Goffman ao comentar os alinhamentos exogrupais nesta introdução do subtítulo (1980, pg. 126-127):

O grupo de "iguais" do indivíduo pode, então, informar o código de conduta que os profissionais defendem em seu nome. Pede-se, também, que o indivíduo estigmatizado se veja da perspectiva de um segundo grupo: os normais e a sociedade mais ampla que eles constituem. Quero considerar com alguma profundidade a imagem projetada por essa segunda perspectiva. A linguagem dessa posição inspirada pelos normais não é tanto política, como no caso anterior, como psiquiátrica - sendo as representações da higiene mental empregadas como fonte de retórica. O indivíduo que adere à, linha defendida é considerado como pessoa madura e bem ajustada; quem não adere é considerado uma pessoa fraca, rígida, defensiva, com recursos internos inadequados. Em que implica essa defesa? Recomenda-se ao indivíduo que se veja como um ser humano completo como qualquer outro, alguém que, na pior das hipóteses, é excluído daquilo que, em última análise, é apenas uma área da vida social. Ele não é um tipo ou uma categoria, mas um ser humano [...] Já que o seu mal não é nada em si mesmo, ele não deveria envergonhar-se dele ou de outros que o têm; nem se comprometer ao tentar ocultá-lo. Por outro lado, por meio de um esforço árduo e de um autotreinamento persistente, ele deveria preencher os padrões comuns tão completamente quanto possível, detendo-se apenas quando surge a questão da normificação; ou seja, quando os seus esforços podem dar a impressão de que ele está querendo negar a sua diferença. (Essa linha de separação muito tênue é traçada de modo diferente, é claro, por diferentes profissionais mas, devido a essa ambigüidade, mais necessária se torna a apresentação profissional.) [...] Disso se segue, logicamente, uma fórmula para tratar com os normais. As habilidades que o indivíduo estigmatizado adquire ao lidar com uma situação social mista deveriam ajudar aos outros que se encontram nela. Os normais não têm, na realidade, nenhuma intenção maldosa; quando o fazem é porque não conhecem bem a situação. Deveriam, portanto, ser ajudados, com tato, a agir delicadamente. Observações indelicadas de menosprezo e de desdém não devem ser respondidas na mesma moeda. O indivíduo estigmatizado deve não prestar atenção a elas ou, então, fazer um esforço no sentido de uma reeducação complacente do normal, mostrando-lhe, ponto por ponto, suavemente, com delicadeza, que, a despeito das aparências, é, no fundo, um ser humano completo. (O indivíduo deriva da sociedade de maneira tão completa que ela pode confiar naqueles que são os menos aceites como membros normais, os menos gratificados pelos prazeres do fácil intercâmbio social com outros, para proporcionar um enunciado, uma clarificação e um tributo ao ser interior de cada homem. Quanto mais o estigmatizado se desvia da norma, mais admiravelmente deverá expressar a posse do eu subjetivo-padrão se quiser convencer os outros de que o possui, e mais estes exigirão que ele lhes forneça um modelo daquilo que se supõe que uma pessoa comum deve sentir a respeito dele.)

Nesta passagem, é possível observar como as expectativas agem sobre o estigmatizado; a ele é incentivado a assimilação das características dos “normais”, mas caso estas sejam satisfatórias demais, então sua própria condição como parte do grupo estigmatizado é questionada. Deve preocupar-se em ser um simulacro, mas não muito perfeito, pois sua marca enquanto estigmatizado sempre deve ser visível aos olhos dos “normais”. Essas regras se aplicam também à comunidade transgênero e suas subdivisões internas; a passo que a binariedade trans pode ser interpretada pelos “normais” como um simulacro que ainda abre brechas para identificação da condição de estigmatizado, a não-binariedade tem uma ruptura completa com o sistema padrão binário de gênero, representando assim uma ameaça à toda comunidade transgênero na visão destes sectaristas. Desta interpretação, surgem acusações de que a não-binariedade de alguma forma desmoralizaria a comunidade como um todo. Entendendo o estigma e a normalidade como papéis, é possível ver a reprodução interna dessa estigmatização entre os estigmatizados, que tentam recuperar um senso de normalidade através da reprodução das pressões realizadas por parte dos “normais”, nesse caso a comunidade cisgênero heterossexual normativa. A fuga ao sistema binário cismaterial é vista como uma ameaça à legitimidade das pessoas binárias, que então defendem este sistema como forma de reterem sua posição (por mais precária que esta seja). E a aceitação dada aos estigmatizados é apenas condicional, como mencionado nesta passagem (Goffman, 1980, pg. 132):

O fato de que o estigmatizado pode estar enganado ao levar muito a sério a aceitação diplomática de sua pessoa indica que essa aceitação é condicional. Ela depende de que os normais não sejam pressionados além do ponto em que podem facilmente dar aceitação ou, na pior das hipóteses, oferecê-la com dificuldade. Espera-se que os estigmatizados ajam cavalheirescamente e não forcem as circunstâncias; eles não devem testar os limites da aceitação que lhes é mostrada, nem fazê-la de base para exigências ainda maiores. A tolerância, é claro, é quase sempre parte de uma barganha.

Fica, agora, evidente, a natureza do “bom ajustamento”. Ele exige que o estigmatizado se aceite, alegre e inconscientemente, como igual aos normais enquanto, ao mesmo tempo, se retire voluntariamente daquelas situações em que os normais considerariam difícil manter uma aceitação semelhante.

Em relação à condição da aceitação e a negociabilidade deste, vem à tona a questão da aceitação condicional das pessoas transgênero com base em aparência e performatividade (neste quesito, utilizando o termo como descrito por Butler em “Problemas de gênero”), sendo exigido da comunidade transgênero esta cumplicidade com o gênero autoidentificado, sendo esta também uma parte da rejeição voltada às pessoas não-binárias, que tendem a romper com

esta performatividade esperada. Suas ações, vestimentas, vozes e fenótipos tem que estar de acordo com os estereótipos de gênero “adequados”, sob pena de revogação da aceitação voltada.

Muitas vezes, em se falando no respeito ao nome, pronomes e utilização do banheiro, a aparência é citada, seja para negar ou afirmar estes direitos. O que é nomeado pela comunidade de “passabilidade”, e refere-se à capacidade de uma pessoa trans de passar como pessoa cis com base em aparência e maneirismos, sempre é levado em conta. O conceito, criado para falar de uma condição relativamente subjetiva, tem no seu intento justamente descrever um tipo de “status” perante a sociedade cisgênero, onde o sofrimento da transfobia tende a tornar-se mais indireto, configura certo nível de privilégio. Este privilégio, entanto, é condicional: ele exige o apagamento do eu e da identidade individual, em favor daquilo que a sociedade considera adequado, como meio de fugir de preconceitos. Não se compara ao privilégio de viver enquanto pessoa cisgênero em uma sociedade cismatizada, por exemplo, então a utilização da palavra privilégio ainda pode ser questionada. Mas é possível versar sobre vantagens obtidas através da passabilidade. Porém, por inúmeros motivos, esta não é obtida facilmente sem penalidades sociais e financeiras, e algumas pessoas não são fenotipicamente associadas ao gênero ao qual se identificam mesmo após tratamentos, cirurgias e hormonização. Também é possível verificar as problemáticas relacionadas à essa aceitação condicional baseada em aparências, e apenas conforme estas. Como citado por Goffman sobre as expectativas que partem da população geral em relação ao estigmatizado (1980, pg. 133-134):

A ironia dessas recomendações não é o fato de se pedir ao estigmatizado que ele seja, pacientemente, frente aos outros, o que não lhe deixam ser, mas que essa expropriação de sua resposta possa ser a sua melhor recompensa. Se, de fato, ele deseja viver tanto quanto possível "como qualquer outra pessoa", e ser aceito "pelo que realmente é", então, em muitos casos, a posição mais inteligente a tomar é a de que tem um fundo falso, já que, em muitos casos, o grau de aceitação da pessoa estigmatizada pelos normais pode ser maximizado se ela atuar com absoluta espontaneidade e naturalidade como se a aceitação condicional de si mesma, que ela procura não superar, fosse a aceitação total. Mas é claro que o que é um bom ajustamento para o indivíduo é ainda melhor para a sociedade. Pode-se acrescentar que a confusão dos limites é uma característica básica da organização social; o que, até certo ponto, se pede que muitos aceitem é a manutenção da aceitação-fantasma. Qualquer ajustamento mútuo e aprovação mútua entre os dois indivíduos podem ser perturbados se um dos parceiros aceita totalmente o oferecimento que o outro parece fazer; toda a relação "positiva" é feita sob promessas de consideração e ajuda tais que a relação fique prejudicada quando esses créditos são cobrados.

Por conta das condições necessárias para atingir a passabilidade, e seu caráter que tende a apagar a presença das pessoas trans enquanto tal dos ambientes, não devemos tratar a comunidade transgênero como homogênea em aparência e interesses nem utilizar a passabilidade como método argumentativo. Existem pessoas que nunca serão tipicamente “passáveis”, e existem aquelas que não querem obter a passabilidade por entenderem que esta seria um apagamento de sua identidade. Portanto, utilizar a aparência como ponto principal de argumento para utilização dos banheiros pode ser problemático, uma vez que exclui parte da comunidade que não é passável. Tudo aquilo que percebemos enquanto tradicionalmente masculino ou feminino é construído socialmente. Até mesmo as noções de sexo, as quais dizemos sagradas e científicas, são moldadas pela nossa percepção da realidade e dos gêneros, como mencionado por Butler em “Problema de gênero”.

Neste sentido, pela característica inataamente social da interpretação humana sobre tudo que é biológico, a biologia acaba também sendo permeada de noções sociais, levando inclusive ao questionamento sobre a necessidade da separação dos termos. A oposição entre os termos, sendo gênero de cunho sociocultural e sexo como um destino puramente biológico, inevitável e inescapável, acaba sendo falsa. Portanto, a utilização da biologia como método argumentativo em relação à utilização de banheiros conforme gênero autorreconhecido também não é o ideal, uma vez que tudo que se pretende neutro falha ao reconhecer seus próprios vieses, tal qual o que chamamos de “ciências duras”. A própria definição do sexo dentro da academia é complexa. Seriam estes definidos pelos cromossomos? Pela aparência externa da genitália? Pela apresentação fenotípica? Existem pessoas de aparência fenotípica feminina, aparelho reprodutor funcional e genitália externa também tipicamente femininos e cromossomos XY. A essas pessoas, qual sexo seria atribuído? E a uma pessoa intersexo, com genitália não diádica sem aparelho reprodutivo funcional e características secundárias mistas? A estas pessoas, quais serão os critérios utilizados para acesso aos banheiros? E se, neste caso, a pessoa puder escolher, o que a torna diferente de uma pessoa trans, fazendo a mesma escolha, com base em critérios similares, uma vez que a biologia não traz respostas claras, pois a suposta binariedade inescapável torna-se, de fato, escapável? Em sua obra “Sociologia do Corpo”, Le Breton comenta, entre outros, sobre as problemáticas relacionadas ao determinismo trazido pelas ciências biológicas (Le Breton, 1992, pg. 33):

“A medicina e a biologia também propõem um discurso sobre o corpo aparentemente irrefutável, culturalmente legítimo. Mas, tanto uma quanto a outra compartilham um conhecimento de outra categoria. Detém, de certa forma, um

conhecimento "oficial", ensinado nas universidades, isso quer dizer que visam à universalidade e sustentam as práticas legítimas das instituições médicas ou de pesquisa. [...]

A sociologia aplicada ao corpo distancia-se das asserções médicas que desprezam as dimensões pessoal, social e cultural nas percepções do corpo. Tudo se passa como se a representação anatomo-fisiológica tivesse que escapar da história pra entregar-se ao absoluto."

Com base nestes questionamentos, é possível notar que a pretensão da clareza, objetividade e neutralidade na definição do sexo de uma pessoa não existe em determinadas situações, e que o binário de sexo também pode ser questionado com base inclusive em ocorrências biológicas naturais, sem necessidade de extrações metafísicas de qualquer natureza, mesmo quando os elementos sociais são isolados ou ignorados. A subjetividade com a qual se interpreta a noção de sexo é o suficiente para descartar qualquer possível neutralidade provinda da biologia, e também é um bom indicativo da urgência da consideração dos fatores sociais, que motivaram em primeiro lugar a divisão dos banheiros por gênero. A "natureza", para qual os argumentos contrários à utilização do banheiro conforme gênero real² apelam também não é mais útil, pois conforme Le Breton (1992, pg. 32)

"O corpo não existe em estado natural, sempre está compreendido na trama social de sentidos, mesmo em suas manifestações aparentes de insurreição, quando provisoriamente uma ruptura se instala na transparência da relação física com o mundo do ator (dor, doença, comportamento não habitual, etc). "

Para estes questionamentos sobre a utilização dos banheiros, surgem, ao meu ver, três possibilidades: a abolição dos banheiros separados por gênero, adotando um único banheiro unisex; a separação tradicional mantida, porém sem obrigatoriedade de uso e liberação do uso conforme descrição do usuário e a criação de um terceiro banheiro, também unisex e de utilização livre. Destas, sou tendencioso ao apoio à primeira e terceira opções, por verificar que atende aos seguintes critérios:

1) criação de um espaço que abarque pessoas não-binárias de leituras sociais diversas que tradicionalmente evitariam utilizar banheiros públicos que fossem separados por gênero e

2 Por gênero real, entendo como o gênero autodeclarado da pessoa, uma vez que este é um traço da identidade ao qual as opiniões externas não devem impor-se. Utilizo tal linguagem para explicitar que o gênero pode ser declarado única e exclusivamente pela pessoa, sem interferência das percepções externas, passabilidade, transição ou o que seja.

2) criação de um espaço neutro para pessoas trans sem passabilidade que não se sentirem seguras (em termos biopsicossociais) utilizando o banheiro dedicado o gênero correto, uma vez que agressões transfóbicas são ainda mais comuns se tratando de pessoas trans não-passáveis.

O impacto positivo da utilização dos banheiros conforme identidade de gênero é imensurável. Especialmente no período escolar, quando há a formação da personalidade e do senso de autovalor. Apesar de ambiente escolar não ter sido originalmente construído como ambiente inclusivo, é dever dos profissionais da Educação assim torná-lo, uma vez que a experiência escolar influencia largamente na formação da personalidade do jovem e impacta nas suas possibilidades futuras de continuação do estudo, e consequentemente a empregabilidade desta população.

Dentre os argumentos favoráveis à utilização do banheiro conforme identidade de gênero, podemos citar:

1) potenciais constrangimentos e violências provenientes da presença de mulheres trans e travestis e outras pessoas transfemininas e não binárias com leitura feminina em banheiros masculinos, possivelmente decorrendo em situações de assédio sexual ou estupro corretivo, que são amplamente relatados na comunidade enquanto agressão transfóbica específica e recorrente.

2) potenciais constrangimentos e problemas legais decorrentes de homens trans e/ou outros transmasculinos e não binários de leitura masculina utilizando banheiro feminino, deixando a pessoa trans em uma posição de vulnerabilidade em relação a processos, uma vez que o julgamento do seu pertencimento está ligado diretamente à aparência, e não à genital.

3) subjetividade do conceito de “passabilidade” e a impossibilidade de dar uma única resposta sólida que represente a população como um total, tornando a tarefa de julgar qual o banheiro “mais seguro”, ou que o se “aparenta pertencer mais”, complexa e aberta a erros, uma vez que as noções de cismasculino e cisfeminino também são socialmente construídas e variáveis conforme as pessoas e seus *habitus* (Bourdieu, 1992).

Levando em consideração a necessidade e obrigatoriedade do caráter inclusivo do ambiente educacional e a inevitabilidade da necessidade de acesso livre ao banheiro, e considerando os possíveis constrangimentos e traumas a serem causados por situações de transfobia devido à utilização do banheiro, é de primazia que a gestão escolar maneje de forma adequada estas demandas, de forma a não incentivar a evasão ou restringir de forma alguma a pessoa estudante com identidade de gênero trans. A satisfação de necessidades fisiológicas não é opcional ou um prêmio para aqueles que não desviam da cisnorma, e sim um direito humano fundamental inalienável, ao qual a escola não tem o poder de negar, especialmente com base na identidade de gênero. Presumir que os integrantes de uma comunidade minoritária marginalizada como um todo são propensos a agressões sexuais e todo tipo de desvio de caráter com base em suas identidades de gênero e então, com base nisto, impedir este grupo de usufruir de seus direitos não pode nem deve ser classificado como menos que extremamente violento e excludente.

2.2 – DIREITO AO CORPO, SEXO, E EXPRESSÃO DE GÊNERO

O direito ao corpo, em nossa sociedade, é visto como condicional: existem corpos passíveis de existência, de inteligência e subjetividade, e aqueles corpos que fogem à norma, abjetos, ininteligíveis. A construção do corpo-sujeito é influenciada em várias esferas por atores externos, sempre sofrendo pressões relativos à normatização e aderência às expectativas sociais impostas para o gênero imposto. Conforme as falas de Louro (Louro, 1999, pg. 21-22):

As memórias e as práticas atuais podem contar da produção dos corpos e da construção de uma linguagem da sexualidade; elas nos apontam as estratégias e as táticas hoje institucionalizadas das "Identidades性uais e de gênero". Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça etc também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos, seja produzindo discursos distantes e contraditórios. [...]

Por outro lado, na medida em que várias identidades — gays, lésbicas, queers, bissexuais, transexuais, travestis — emergem publicamente, elas também acabam por evidenciar, de forma muito concreta, a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais. E isso é percebido como muito desestabilizador e "perigoso". A sexualidade "é tecida na rede de todos os pertencimentos sociais que abraçamos", como lembra Weeks (1995, p.88), ela não pode ser compreendida de forma isolada. Nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão

imbricadas com nossa identidade sexual e esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a identidade sexual; eles são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade. Temos, pois, que concordar com a afirmação de Weeks de que a emergência dessas "identidades sexuais de oposição" (como ele as denomina), "coloca em questão a fixidez das identidades herdadas de todos os tipos, não apenas sexual". Para os grupos conservadores tudo isso parece muito subversivo e ameaça atingir e perverter, também, conceitos, valores e "modos de vida" ligados às identidades nacionais, étnicas, religiosas, de classe.

Como comentado também sobre os autores Reich, Bugiato e Adorno, a questão do conservadorismo, reacionarismo e as pautas de "bons costumes" (pautas morais que sangram para o terreno político), e isso influencia diretamente em como o ambiente escolar refletirá os valores dessa sociedade através da reprodução dentro do ambiente acadêmico. A instabilidade e fluidez das identidades é percebida como uma ameaça pois estas características foram e são identificadas como estáveis, fixas, pela sociedade tradicional ocidental. Devido à percepção da identidade como um bloco sólido, indissociável, a fluidez das identidades sexuais e de gênero traz um desconforto enorme; se esta parte da identidade da pessoa não é fixa e pode ser moldada (não intencionalmente) conforme o cenário onde a pessoa se encontra (não apenas física, mas social e economicamente), então tudo aquilo que é determinado como fundador, basal ou imóvel torna-se também questionável ou fluído. Sobre a produção do sujeito (homem ou mulher) e suas marcas (Louro, 1999, pg. 16-17):

Todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram — e são — produtoras de "marcas". Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido "gravados" em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias. A produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Esse não é, no entanto, um processo do qual os sujeitos participem como meros receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados, e são participantes ativos na construção de suas identidades. Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos. Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou "jeitos de viver" sua sexualidade e seu gênero.

Este processo, este devir na construção das identidades, causa uma instabilidade desconfortável que será perseguida pelos conservadores. Como exemplo dos desdobramentos

práticos desse pânico causado, temos todas as imagens de disparo em massa, bem como mensagens, que versam sobre como a esquerda está tentando destruir o gênero, incentivar a homossexualidade e transgeneridade e desvirtuar a juventude através da ideologia de gênero. Aquilo o que foge à coerção dos papéis de gênero é tachado de indesejável; os corpos não dóceis, inconformados, que performam aquilo que a sociedade diz inadequado para seu gênero, são abjetos. Estas pessoas, ininteligíveis para a sociedade atual, encontram-se em um estado social diferenciado, similar em algumas maneiras daquilo que Victor Turner cita como “communitas”: um estado pré-social onde o sujeito desloca-se do seio da sociedade para um outro lugar, diferenciado, excluído, marginalizado. O sexo, então, enquanto categoria, pode ser questionado em múltiplas dimensões além da física, e é possível notar os limites discursivos do conceito. Ainda sobre o sexo e performatividade em Butler (Louro, 1999, pg. 123-124)

Como resultado dessa reformulação da performatividade, (a) a performatividade de gênero não pode ser teorizada separadamente da prática forçosa e reiterativa dos regimes sexuais regulatórios; (b) a explicação da agência condicionada por aqueles próprios regimes de discurso/poder não pode ser confundida com o voluntarismo ou o individualismo, muito menos com o consumismo, e não pressupõe, de forma alguma, um sujeito que possa escolher; (c) o regime da heterossexualidade atua para circunscrever e contornar a "materialidade" do sexo e essa materialidade" é formada e sustentada através de — e como — uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual; (d) a materialização de normas exige aqueles processos identificatórios pelos quais as normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e possibilitam a formação de um sujeito, mas não são, estritamente falando, executadas pelo sujeito; (e) os limites do construcionismo ficam expostos naquelas fronteiras da vida corporal onde corpos abjetos ou deslegitimados deixam de contar como "corpos". Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do "sexo" excluído e deslegitimado. Portanto, será igualmente importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos são construídos, assim como será importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos não são construídos, e, além disso, perguntar, depois, como os corpos que fracassam em se materializar fornecem o "exterior" — quando não o apoio — necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam.

Os corpos, enquanto “avatares” na nossa aparência e como forma física de expressão, tem pesos diferentes e importâncias diferentes conforme eles se aproximam ou afastam da norma. As agência e performance funcionam de uma forma peculiar: ao invés de uma ação direta, completamente consciente e individual, ela dá-se através da sua interpretação das normas e sua agência conforme essa interpretação. Suas escolhas são condicionadas pelo seu habitus (Bourdieu, 1992), mas não de uma forma determinista. O seu aporte das normas é internalizado, e então externalizado conforme sua própria interpretação. Desta forma a

agência do indivíduo não está isolada do poder. Este age dentro do poder e conforme as interpretações próprias regras deste; (Louro, 1999, pg. 123)

Nesse sentido, a agência denotada pela performatividade do "sexo" será diretamente contrária a qualquer concepção de um sujeito voluntarista que exista separadamente das normas regulatórias às quais ela ou ele se opõe. O paradoxo da subjetivação reside precisamente no fato de que o sujeito que resistiria a essas normas é, ele próprio, possibilitado, quando não produzido, por essas normas. Embora esse constrangimento constitutivo não impeça a possibilidade da agência, ele localiza, sim, a agência como uma prática reiterativa ou rearticulatória imanente ao poder e não como uma relação de oposição externa ao poder.

Desta forma, é possível entender problemáticas como a reprodução consciente ou não de estereótipos de gênero por pessoas transgênero. Muitas vezes, trata-se de uma necessidade de autoafirmação, onde há a reprodução do discurso normativo com a finalidade de validar a sua própria condição, de forma próxima também ao citado por Goffman quando falando sobre o estigmatizado e sua autovalidação. Apesar de ser possível acessar logicamente as origens de tais atitudes, também é possível notar como também pode ser problemático, uma vez que este discurso normativo muitas vezes carrega também conteúdo transmedicalista³, essencialista e que, de fato, naturaliza as diferenciações entre feminino e masculino, como se estas fossem comuns a todas as pessoas, ao invés de uma construção social e subscrita à uma sociedade específica. Ainda sobre a construção do conceito de “sexo” (Louro, 1999, pg. 120):

O crítico moderado poderia admitir que alguma parte do "sexo" é construída, mas que alguma outra certamente não é, e então, naturalmente, ele se acha não apenas obrigado, de alguma forma, a traçar a linha entre o que é e o que não é construído, mas também a explicar como é que o "sexo" vem em partes cuja diferenciação não é um objeto de construção. Mas à medida em que essa linha de demarcação entre essas partes ostensivas são traçadas, o "não construído" torna-se limitado, uma vez mais, através de uma prática de significação, e a própria fronteira que deveria proteger alguma parte do sexo da mancha do construcionismo é agora definida pela própria construção do anti-construcionista. É a construção algo que ocorre a um objeto que já vem pronto, uma coisa pré-dada? Ela ocorre em graus? Ou estamos nos referindo, talvez, em ambos os lados do debate, a uma inevitável prática de significação, de demarcação e delimitação daquilo ao qual nós, então, nos "referimos", de forma tal que nossas "referências" sempre pressupõem — e frequentemente ocupam — essa delimitação prévia? De fato, "referir-se" ingenuamente ou diretamente a um tal objeto extra-discursivo sempre exigirá a delimitação prévia do extra-discursivo. E, na medida em que o extra-discursivo é delimitado, ele é formado pelo próprio discurso do qual ele busca se libertar. Essa delimitação, que frequentemente é efetuada como uma pressuposição pouco teorizada em qualquer ato de descrição, marca uma fronteira que inclui e exclui, que decide, por assim dizer, o que será e o que não será o conteúdo do objeto ao qual nós

3 Transmedicalismo é o movimento transgênero que advoga pela patologização da transgeneridade e utilização de critérios puramente médicos e patologizantes para definir pessoas transgênero; dentro desta perspectiva, só seria transgênero a pessoa com disforia violenta, desejo de hormonização e expressão de gênero normativa.

então nos referimos. Esse processo de distinção terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois ele pode construir apenas através do apagamento; ele pode limitar uma coisa apenas através da imposição de um certo critério, de um princípio de seletividade.

Neste trecho, ela comenta sobre como nossa interpretação e discurso moldam tudo que enxergamos. À partir do momento que se delimita o que é extradiscursivo através do discurso, se contamina, uma vez que utiliza o meio discursivo para livrar-se das problemáticas trazidas pelo discurso e pela linguagem. Além disso, Butler também atenta às características delimitativas e, de certa forma, excludentes do sexo; o conceito, então, fica caracterizado como potencialmente nocivo, por esta tendência de criar uma norma e, portanto, um desvio ou abjeção. Por tratar-se de normas que inferem diretamente o que lhes é permitido gostar, aproveitar, e aquilo que se deve tomar distância, bem como normas de fala, vestimenta, entre outros, tais delimitações necessariamente tornarão abjetas pessoas em classes específicas.

A imposição destes papéis de gênero sobre os corpos não docilizados através do preconceito transfóbico estrutural e das agressões e microagressões diárias sob pretexto de “ser o natural” é uma consequência esperada dentro de um sistema cisheteronormativo que preza pela performance “adequada” acima do conforto, identidade e realidade da população desviante. A relação entre o corpo, corporalidade e os seus estereótipos de gênero a serem seguidos é tratada como sacra, inviolável e, acima de tudo, natural. O sexo, em seu entendimento mais popular e essencialista, não deve ser questionado; sua identidade é dada por ele. Sobre a relação entre corpos e identidades, podemos pensar sob a ótica de Louro (1999, pg. 8):

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de "marcas" biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente,, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma "marca" definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo. Weeks (1995) lembra que o corpo é inconstante, que suas necessidades e desejos mudam. O corpo se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica. [...]

Nesse final de milênio, usando a metáfora do ciborgue cunhada por Donna Harraway (1991), teríamos de admitir que muitas fronteiras foram transgredidas: há

agora "potentes fusões e perigosas possibilidades" que tornam problemáticos os dualismos de mente e corpo, animal e máquina, humano e animal. Os corpos não são, pois, tão evidentes como usualmente pensamos. Nem as identidades são uma decorrência direta das "evidências" dos corpos.

Por conta do caráter estrutural da heterocisnormatividade, as violências normatizantes voltadas às pessoas transgênero são interpretadas como uma espécie de "favor" ou "cuidado" por aqueles pertencentes à norma, uma vez que intendem fazer cessar a agressão através da conformidade, que traria "equilíbrio" àquela situação social, antes na liminaridade da inteligibilidade por conta da abjeção dos corpos não normativos. Não há uma percepção daquelas violências como tal, uma vez que a sociedade atual normaliza a "educação" (aqui utilizaria de forma mais precisa a palavra condicionamento, em um sentido behaviorista) através da agressão, seja nas instâncias privadas (pais e filhos, irmãos e irmãs) ou públicas (desconhecidos e estranhos, em sua maioria, perpetuando a norma através de atitudes agressivas, desde xingamentos na rua até assassinatos transfóbicos). Não se trata, em suas concepções, de pessoas com direitos violados, mas seres abjetos passíveis de correção através de quaisquer meios necessários.

O sofrimento provindo desta negação dos corpos e das identidades, a internalização da "necessidade de adequação" que causa de certa forma um sentimento de repulsa pelo si e pelo que se gosta, por entender aquilo como divergente da norma e portanto, ruim, causam necessariamente problemas no sentido da autoestima e na construção da própria identidade e senso de autovalor. Especialmente se tratando de crianças mais novas, a capacidade de entender nuances é reduzida, de forma que é mais fácil sugerir que um comportamento é errado com sucesso, mesmo que nem sempre haja uma explicação válida para tal comportamento não ser adequado.

O ambiente escolar, como espaço onde a criança, o adolescente e até mesmo adultos e idosos em alguns casos obrigatoriamente passarão uma quantidade considerável de suas vidas, e onde aprenderão a desenvolver e cultivar laços sociais, serão instigados em sua curiosidade e incentivados a refletir e pesquisar, tem a obrigação de ser um espaço inclusivo. A escolarização deve atingir integralmente as crianças e adolescentes independentemente de como estes podem se comportar, vestir, expressar ou identificar, portanto, há a necessidade intrínseca ao fazer educacional em compreender as demandas individuais de cada estudante e auxiliar na formação da identidade de forma positiva. Louro indica o papel da escola na repressão da sexualidade, da performatividade e como reforçadora de estereótipos de gênero,

bem como Bourdieu o indica através da lógica disposta em “A Reprodução”. Uma vez que estas violências são um motivador possível para evasão, é necessário compreender que estes alunos tem demandas que simplesmente não podem ou devem ser ignoradas. A ligação entre as instituições de ensino e a reprodução dos preconceitos presentes na sociedade da qual ela se origina já é indicada há anos, porém as problemáticas relacionadas a gênero e sexualidade se perpetuam, indicando a separação entre a academia e suas produções sobre a temática da inclusão transgênero e a prática.

3 – VOZES, VIVÊNCIAS E PERFORMATODIVERGÊNCIA

Muitas vezes, em situações cotidianas não oficiais, a regularidade e intensidade com a qual o indivíduo sofrerá com transfobia não é baseada apenas em seu gênero, uma vez que este nem sempre está diretamente ligado, de uma forma estereotípica, com a aparência que este mesmo indivíduo dispõe, seja por vontade própria ou questão de força maior. É mais comum, em contextos sociais que não envolvam diretamente o preconceito estrutural, que a forma como você será tratado dependerá do grau de similaridade entre a sua performance de gênero e aquela esperada para uma pessoa com a sua leitura social, seja esta ancorada ou não na realidade da sua corporalidade.

Um conceito próximo do que uso como performatodivergência é o de variabilidade de gênero. Porém, por entender que gênero, aparência e performance são instâncias separadas que devem ser analisadas de forma interseccional, utilizo de forma mais específica o termo "performatodivergência" para assinalar a incongruência entre a aparência física de uma pessoa, sua leitura social e a performance esperada para o gênero para o qual sua leitura predomina. Desta forma, um homem trans com "passabilidade masculina" e atitudes tipicamente associadas ao masculino não é, de um ponto de vista mais amplo dentro das interações sociais orgânicas, visto como um performatodivergente; ele é lido como homem e porta-se conforme os estereótipos de masculinidade vigente, oferecendo então certa vantagem frente a uma pessoa de iguais condições, exceto que performando de certa forma uma feminilidade (como, por exemplo, homens trans "femboys") ou androginia, enquanto mantém leitura social masculina. Isso, é claro, é vigente nas relações sociais e interpessoais, uma vez que do ponto de vista governamental/estrutural, um homem trans "passável" e performador de masculinidade padrão ainda é considerado performatodivergente, por ser alvo de coerções estruturais fincadas nos aspectos biológicos (de certa forma consonando como uma ação do biopoder no pensamento foucaultiano). Novamente, uso a noção de performatodivergência como quaisquer características sociais (aparência, trejeitos, linguajar, etc) que causam violência normatizadora heterocispatriarcal. Pela escolha do sufixo "divergência", gostaria de frisar aqui que trata-se apenas de um termo utilizado para indicar a fuga da expectativa societal vigente dentro do contexto analisado, não tendo conotação negativa ou excludente, apenas descritiva/estatística em relação à maioria, ou o "comum". Por entender que aquilo que

diverge do comum é alvo de alguma violência (neste caso, a transfobia), preferi utilizar este termo, por achá-lo preciso em relação à percepção predominante sobre a comunidade.

Este conceito é vital para compreender de que formas e por quais lógicas se propagam as transfobias estruturais diretas e aquelas provindas de interações interpessoais, e entender como essas duas se entrelaçam no ambiente escolar. Ele também pode auxiliar na hora de produzir políticas de inclusão para este público, uma vez que existem demandas diferentes para as diferentes intersecções entre sexualidade, gênero, performance e leitura social. Por entender a multiplicidade de visões e necessidades dentro da própria comunidade transgênero, não há de se analisar este grupo como um bloco sólido, mas perceber quais pontos se repetem apesar das diferenças em fundos culturais, econômicos, religiosos e sociais. Ele também explica como é possível ser transgênero e sofrer transfobia de forma mais reduzida, conforme sua expressão de gênero, leitura social e sexualidade. Neste caso, isto não deslegitima a transgeneridade do indivíduo, mas o torna menos interessado em certas demandas e inapto a falar sobre certas vivências. Neste caso, utilizei este conceito não como forma de filtrar vozes válidas, mas especificar os limites discursivos de cada um e priorizar os tópicos mais ressurgentes e, portanto, mais urgentes.

3.1 – DAS ENTREVISTAS VIRTUAIS E SEUS PONTOS COMUNS

A metodologia foi amplamente adaptada às possibilidades reais de captação de entrevistados; afim de evitar um viés de autoconfirmação pesquisando por possíveis entrevistados em grupos específicos para pessoas transgênero aos quais eu já conhecia, procurei através de amigos, em comunidades não diretamente ligadas à transgeneridade mas que contam com muitos adeptos dentro da divergência. Quando esse método falhou em captar o público principal da pesquisa, apesar de insights valiosos que serão utilizados ao longo deste capítulo, procurei então através de eventos relacionados à temática transgênero, almejando um entrevistado que tivesse transicionado em idade escolar. Por entender que o assunto está em alta, e que as vivências dentro da transgeneridade vem mudando ao longo dos tempos, entendi que seria necessário conferir o que está acontecendo agora, e portanto, precisaria de pessoas em idade escolar, uma vez que o resto dos entrevistados já havia se formado, alguns há anos. Minha própria experiência também é datada, então houve a necessidade de ouvir menores de idade, uma vez que estes tem cada vez menos voz, com todas as polêmicas de supostamente “não existir

crianças trans”, mesmo que eu mesmo tenha sido uma e tenha tido esta noção desde bem pequeno. E os resultados não saíram do esperado: houve algumas mudanças importantes, especialmente nas formas como a transfobia se dá em ambiente escolar.

Através deste método de pesquisar em ambientes específicos, encontrei a entrevistada que será a principal voz neste capítulo: uma adolescente branca, que chamarei de Ali, em seus 17 anos, neurodivergente e transfeminina, estudante de um colégio federal. Tendo se descoberto no período da pandemia, ela relata ter conseguido transicionar socialmente após se assumir aos pais e mudar de escola, começando então o ensino médio neste colégio federal, que tem política de uso de nome social.⁴

Sobre os candidatos que passaram por uma entrevista virtual inicial, deram um breve relato sobre suas experiências mas não chegaram à entrevista final, que foi realizada de maneira presencial, foram extraídas algumas interações que provém um retrato da transgeneridade e seus impactos na vida escolar e social até mesmo antes de se iniciar a transição, justamente com base na questão da performatodivergência. Dos indivíduos entrevistados em maior detalhes, sua totalidade era constituída por pessoas de corporalidade testiculada dentro das feminilidades; em todos os casos relacionados às entrevistas virtuais, das pessoas que não conseguiram transicionar ainda em idade escolar, não houve apoio da família. A entrevistada que chamarei de "Mila", de 23 anos, relata que se descobriu durante o ensino médio, em seu primeiro ano, mas apenas conseguiu endereçar o assunto com a família no final do ensino médio, e começou a aderir a uma aparência mais tipicamente feminina como desejado apenas durante sua faculdade. Assim como Ali, houve um período de conformidade performativa motivada não pela vontade própria, mas apenas pela questão social, para evitar provocações. Mila relata, assim como Ali, a questão da exclusão social devido à neurodivergência, e não à performatodivergência em si, uma vez que estas pessoas se adequavam à aparência tido como "certa" pela sociedade em relação à sua leitura social, a custa de suas próprias identidades e autoimagens. No caso de Mila, por haver um histórico familiar ruim, as salas de aula eram vistas como fuga; e havia o risco de violência por parte da avó, quem ela relata ter sido sua cuidadora por maior parte do tempo. Sua experiência é de família de classe média, de escolas particulares. "Nikole", nossa terceira entrevistada, também

4 A estudante foi abordada sobre o interesse em participar da pesquisa, então os responsáveis foram contatados. Há um Termo de consentimento livre e esclarecido assinado pela mãe da entrevistada, anuindo com a coleta dos dados de forma anônima e obedecendo as regras éticas de pesquisa.

relata a noção da identidade de gênero ainda durante sua vida escolar, porém lista o bullying e violência familiar como maior motivador para ter continuado sem iniciar uma transição social. Sua mãe, ao desconfiar de sua sexualidade, a ameaçou com um campo de conversão gay. Ela relata a ausência de vínculos socioafetivos durante seus anos escolares, as dificuldades relacionadas à exclusão e, apesar da crescente vontade de evadir, seu entendimento sobre os estudos como única maneira possível de desvincilar-se de seu ambiente familiar tóxico. Ela relata ter feito o máximo possível para esconder qualquer traço que a pudesse identificar como pertencente à comunidade LGBTTQIA+, o que demonstra-se nessa pesquisa como um padrão. A questão da adequação à norma surgiu de forma orgânica em todas as entrevistas, indicando a pressão estrutural para adesão aos estereótipos de gênero, havendo coerção em ambos sentidos estrutural propriamente dito e no sentido mais social, tendo a violência e ostracização como motivadores comuns. Em relação às três entrevistadas, há suspeita ou confirmação da coocorrência do autismo e do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Pesquisas diversas indicam um maior índice de coocorrência entre o autismo e a transgeridez, tendo uma prevalência relevantemente maior que na população alista (não-autista). Dentre as entrevistadas, a mais velha tinha 35 anos, sendo a mais nova, a entrevistada principal. Ao observar as idades, pode-se visualizar uma indicação de certas mudanças sociais, que favorecem minimamente a autodescoberta e a transição. Esta, no caso, é apenas uma disposição. Não aplica-se a todas as experiências, uma vez que a passagem dos anos e a incorporação cultural de certas normas sociais que protegem as pessoas trans nem sempre ocorrem das mesmas formas em diferentes ambientes socioespaciais e socioeconômicos.

Acho importante relatar a dificuldade em achar pessoas que transicionaram em idade escolar, especialmente pessoas mais velhas. Isto é sintomático, sendo a falta de apoio familiar e círculo social intolerantes os maiores fatores contribuintes para as pessoas entrevistadas. O sistema educacional, para estas pessoas, foi intensamente violento, mesmo que houvesse um certo nível de adequação à norma. Existem diversas linhas de pensamento que clamam que negar às pessoas transgênero o acesso à sua transição seria, de alguma forma, benéfico à saúde mental. O que é percebido como temática comum, entretanto, é que a transição foi listada como um dos fatores para recuperação da saúde mental pelas entrevistadas. A experiência no ambiente educacional se pôs, em todas as entrevistas, como violenta em algum momento. Cogitar a evasão foi também um assunto comum. Ter um método de captação de entrevistados mais aberto, variável, conforme as demandas da pesquisa, me permitiu notar

certos padrões, tanto nos círculos sociais frequentados, como nas experiências vividas, mesmo entre pessoas de idades radicalmente diferentes; tanto Nikole, atualmente doutora e com 35 anos, quanto Ali, de 17, relatam dificuldades iguais em relação às interações sociais e batalhas com a própria autoimagem. Achei importante então, mencionar estas entrevistas iniciais em específico, por poderem gerar um panorama breve da experiência transgênero mesmo antes da transição, uma vez que muito comumente, a performatodivergência vem muito antes sequer da pessoa ter noção de gênero e identidade. É importante então também ressaltar a ligação entre autismo e transgeneridade, como indicado pela pesquisa “VARIABILIDADE/DISFORIA DE GÉNERO E PERTURBAÇÃO DO ESPETRO DO AUTISMO”, de Alexandra Andrade da Costa.

3.2 – TRANSFOBIA VELADA E A EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE VIOLENTAR

“Então, olha só o que eu fiz. Eu entrei no [colégio] já usando o meu nome social. Eu tinha... a minha mãe já sabia, mas eu tinha saído do armário com o meu pai uns dias atrás. Então foi essa última coisa que eu estava precisando fazer antes de transicionar socialmente, sabe? Independente de... era esse o meu plano mesmo. Independente de se ele fosse aceitar ou não, que eu ia começar usando o nome social no [colégio]. Eu já entrei usando. E a questão é que quando eu fui preencher lá no dia da matrícula, eles tinham um campo ali para nome social. Só que aí eu cheguei na escola e o meu nome social não estava registrado na chamada. Qual foi a justificativa que eles deram? “Ah, é porque o seu nome social não está registrado no RG. Aí a gente não colocou o nome social para você”. Mesmo eu estando lá, a minha mãe preencheu a matrícula para mim, ela estava ciente. Ela consentiu e chegou. Eles não colocaram o meu nome social. Foi uma coisa muito chata mesmo, porque já é muito... A minha mãe, é muito difícil ela vir aqui para a [cidade sede] para fazer esse processo de autorizar o uso do nome social e tudo. E também no primeiro dia eu já tive alguma dificuldade.” (“Ali”, baixada fluminense/RJ, setembro de 2024)

Apesar de esta escola em específico, de instância federal, já ter até decretos presidenciais normatizando o uso do nome social sem uma única menção do “RG social”, que foi autorizado alguns anos depois, ainda assim, esta conquista foi utilizada como entrave para a utilização do nome social diretamente nos documentos escolares. O resultado acaba sendo parecido com o informado por João Nery em sua autobiografia:

Só era visto como mulher na sala de aula pela forçosa apresentação, que,

inapelavelmente, tinha de fazer. Fora isso, os outros alunos, professores e empregados da universidade que não me conheciam, viam-me como homem.
Inclusive, uma de minhas grandes dificuldades era ir ao banheiro. Arrisquei-me um dia para nunca mais (NERY, 2011, p. 129).

O tratamento inadequado, muitas vezes, vem da própria instituição. Em sua entrevista, Ali também menciona o apoio de outros estudantes como crucial para seu bem-estar nos seguintes trechos:

“Mas na questão da minha turma, eu fiquei até surpresa sobre isso. Minha turma foi muito de boa. Eu não tive nenhum problema com transfobia na minha turma. O mínimo que eu tive, quer dizer, o máximo que eu tive foi algumas pessoas accidentalmente falando o meu nome errado e eu falo, ai pedem desculpa. Eu, graças a Deus, não tive nenhum problema com a minha turma em relação a isso. Então, é uma experiência que evoluiu durante o meu primeiro ano aqui no [colégio] porque... Então, é que eu já entrei na escola usando o banheiro feminino, que é o banheiro feminino que eu me sinto mais confortável em entrar. Tipo assim, eu não vou entrar no banheiro masculino, sabe? E nas semanas de integração com algumas pessoas que eu estava conversando, que já estavam no segundo ano aqui já há um tempo, eles tinham falado para mim, pode ir lá usar, ninguém liga, sabe? E aí, tudo de boa, eu fui usando.” (Ali, sobre o uso de banheiros)

“Eu sinto que comecei a interagir muito mais com a minha turma. Eu iria dizer honestamente que essa turma que eu tenho no [colégio] é uma... Sabe quando você vê filme ou série de pessoas que estejam tipicamente na escola, no ensino médio, tudo interagindo com a turma, fazendo merda? Todas essas coisas assim, sabe? Eu sinto realmente que essa turma que eu tenho agora é a minha primeira experiência de verdade disso, sabe? Uma primeira experiência de uma turma mesmo, onde eu me sinto incluída, onde eu sinto que consigo falar com as pessoas. Tipo assim, me integrar mesmo, sabe? Faz muito tempo que eu sinto esse sentimento. Eu sinto que até antigamente, quando eu sentia alguma coisa próxima disso, ainda não era muito o suficiente. Mas eu sinto que consegui sair do armário, sabe? Melhorou minha vida de uma forma tão drástica que é até difícil comparar com o passado, né? Eu até percebo isso, sabe? A minha forma de agir, a minha personalidade até mudou bastante, porque eu consigo ser simplesmente eu com a minha turma, né? Isso não é uma coisa que eu realmente consegui fazer em qualquer momento da minha vida.” (Ali, quando indagada sobre o impacto da transição na vida escolar)”.

É possível notar as interligações, e como generodivergência e performatodivergência influenciam diferentes microagressões com diferentes motivações/justificativas, embora com

um mesmo fundo transfóbico. A recepção dessas necessidades a nível social/individual e estrutural/institucional são diferenciadas. Assim como reportado por Nery, Ali também teve suas problemáticas em relação à direção, serviço de orientação educacional e até mesmo outros estudantes como destacado nos seguintes trechos:

“Só que aí chegou uma hora onde uma colega de classe, ela tinha falado para mim que ela ouviu um pessoal de outra turma conversando com uma menina da limpeza. Isso é um relato da menina que ela falou. Claro, eu não tenho nenhuma prova de que isso aconteceu, mas eu não duvido também. Não acho que ela ia mentir sobre isso. Que tinha uma menina de outra turma que estava reclamando que eu estava usando o banheiro feminino. Enfim, transfobia pura. Aí estavam falando que iam lá falar no serviço de orientação educacional (SOE), tipo montar um grupo para ir lá. Estavam falando que ia montar um grupo para ir lá no SOE e reclamar sobre isso, sabe? Eu, baseado nas minhas experiências prévias, eu achei ‘ah, ninguém vai levar esses caras a sério, sabe? Em reclamar que alguém está usando o banheiro, sabe?’ Só que aí, chegou um dia, uma mulher do SOE. chegou em mim e ela foi falar comigo que ela precisava depois falar comigo, que tinha chegado a uma decisão que ela falou comigo que ela não concordava com a decisão, que ela achou muito injusto comigo, só que ela precisava comunicar isso para mim que tinham pessoas que foram no SOE. Que estavam falando que estava desconfortável eu usar o banheiro feminino, né? E meio que, tipo assim, meio que me encorajando a não usar o banheiro feminino, né? Porque, entre aspas, eu tenho ainda características biológicas, aparência masculina, né? E isso deixa muitas pessoas desconfortáveis dentro do banheiro, né? Foi extremamente desagradável, né? A minha mãe ficou muito puta e aconteceu que eu tive que recorrer ao apoio do coletivo trans para poder, tipo, para poder conseguir lidar com isso. E continuar, assim, pressionar para continuar o uso do banheiro. Eu também tava, tipo assim, conversando com o Grêmio nessa hora, né? A gente tinha marcado uma reunião com a diretoria justamente para conversar sobre isso, né? E mostrar textos, notas técnicas que a gente tinha pego, né? Tipo assim, falando ali como, tipo assim, a pessoa pode usar o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, né? E foi uma... a gente teve aquela reunião, né? Eu... Mas aí, tipo, foi uma reunião extremamente improdutiva. Ela não levou a muita coisa, né? A gente estava lá para conversar sobre duas coisas: sobre não se usar na chamada [o nome social] e o uso do banheiro, né? E foi muito improdutivo porque o diretor, ele ficou, tipo assim, meio que passando. Tipo assim, andando em círculos com a gente, né? Comigo e com o Grêmio, né? Ele, tipo, falando, tipo assim ‘Ah, é que eu tenho que me basear aqui nas deliberações aqui do Conselho, que teve uma deliberação para construir banheiro neutro’, sabe? Ninguém tinha falado sobre banheiro neutro. A gente estava lá para conversar sobre como a gente, tipo assim, ia garantir o uso das pessoas trans, né? Ao usar o banheiro feminino ou masculino de acordo com a sua identidade de gênero. E ele, do meio do nada, começou a falar de banheiro neutro, sabe? Tipo, como se... Enfim, tipo assim, foi uma conversa de uma hora e a gente não chegou em qualquer lugar, né? E... Tipo

assim, depois, né? Teve todos os acontecimentos, né? Teve um movimento aqui, né? Tipo assim, junto com a participação do Grêmio e tudo, sabe? E também a galera dos assuntos estudantis estava aqui, né? A gente conseguiu... Eu não estava lá na conversa entre a galera dos assuntos estudantis e a diretoria, né? Então, não sei como é que isso foi, né? Mas conseguiram... Tipo assim, os cartazes que a gente tinha feito, eles tinham botado ali um negócio de marcar para os técnicos não tirarem, né? E tudo, sabe? E depois disso, ninguém mais me encheu o saco sobre o banheiro, né? Questão do nome social ainda não resolvida. Mas, tipo assim, ninguém mais falou sobre o uso do banheiro e o banheiro neutro que antes estava trancado no prédio [x] normalmente está destrancado agora. E o novo prédio do [colégio], que vai ficar a biblioteca, já inaugurou com o banheiro neutro. Eu acho que foi um avanço muito grande. E, tipo assim, só uma coisa que me traz um pouco de desconforto aqui, né? Eu não sei, talvez, se eu esteja demandando muito alguma coisa. Mas, tipo, eu... Ainda me traz um gosto mau para a boca. O fato que isso tudo simplesmente passou, sabe? É melhor do que outras alternativas, né? Mas simplesmente passou. Eu, outras pessoas trans que tiveram problemas aqui na escola, nunca teve um pronunciamento da escola, da diretoria, do SOE. Eu sei que isso não é o único caso de alguma coisa bizarra acontecendo com o SOE. Que já teve uma vez que eu tenho uns amigos que estão aqui mais tempo, e eles tiveram que pedir desculpas a um técnico que foi homofóbico com eles. Com ele e o namorado dele. E, tipo assim, nunca houve pronunciamento da escola em relação a isso. Nunca, tipo assim, nem... Nenhum pronunciamento privado. Tipo assim, conversando com os alunos. Tipo, ‘a gente sente muito, pede desculpas pelo ocorrido Não vai acontecer mais, tanã tanã. A gente prioriza a citação, a conversação dos alunos’. Não teve isso, sabe? Eles simplesmente esqueceram. E... É que passa a impressão de que a escola... Não... Eles não pararam, assim, porque eles tiveram uma mudança de coração, de mente. É porque pressionou, né? É bom, tipo assim, porque eu nunca mais tive tantos problemas. Mas, mesmo assim, deixa um gosto ruim na boca”.

Embora esta experiência em específico conte com algumas particularidades que não são comuns (por exemplo, o fato de este colégio já ter resoluções sobre o nome social e banheiro neutro provindas da universidade ao qual é vinculado), estas resoluções com mais frequência que não são testadas, desrespeitadas. Há uma impressão geral de que a instituição e seus servidores estão resistindo o quanto podem, para saber até onde haverá problemas quando desrespeitarem isso. De certa forma, um teste pra garantir que os níveis de transfobia estejam sempre os mais altos possíveis antes de gerar maiores dores de cabeça pro corpo do colégio. Quando não intencionalmente, de forma velada, através da recusa da direção em se adequar às próprias normas estabelecidas. Por exemplo, em sua entrevista, Ali menciona ambos problemas diretos com professores e o caso de um aluno, nos seguintes trechos:

“Foi tanto tempo atrás, mas eu tive alguns problemas com a professora de português. Porque eu tinha chegado lá para falar com ela: “Eu tenho o nome social, mas ele não está registrado na chamada. Você poderia pular o nome da chamada e colocar ali como presente, ou falar bem baixo o nome de registro?” E ela simplesmente se recusou de fazer isso. No meu ponto de vista, foi uma coisa muito mínima de fazer. Eu não estava pedindo ela para chamar. Eu nem estava pedindo para ela chamar pelo nome social, que era uma coisa que outros professores faziam sem questão. Eu estava pedindo para ela pular meu nome e ela não quis fazer isso. Hoje em dia ela é um pouco melhor sobre essa questão. Ela me chama pelo nome social hoje. Ela não evita falar meu nome. Mas ainda assim foi uma questão muito negativa e desconfortável para mim. Até depois eu tive que conversar com o professor de física depois da aula. Porque eu não tinha respondido o nome na chamada. Eu fui falar com ele que eu estava presente. Porque para mim, quando eu ouço o meu nome de registro, eu congelo. Eu não respondo. Porque para mim seria admitir que aquele é o meu nome. E não é. Eu me recuso a atender alguém que não é eu. Esse primeiro dia foi um dia um pouco desconfortável.” (Ali, sobre a questão do nome social dela)

[...]teve um aluno que eu não sei o nome, né? Que teve uma professora Que... Não só, tipo assim, falou o nome de... Tipo assim, o nome de registro, né? É... A professora, tipo assim, fez a chamada e foi falar, assim, o nome de registro do cara. E ficou falando Ah, tipo assim, ‘vocês... Vocês acreditam que ‘nome morto’... Não... Não gosta do próprio nome? Mas que nome bonito’. Tipo assim, uma coisa completamente sem noção, né? É... Também... É... Também, tipo assim, foi... Também eu tenho um amigo que já... Tipo assim, já falou comigo sobre como... Uma específica professora, tipo assim, ficava só... Falando o nome morto dele toda hora, sabe? Tipo... Nunca usava o nome social do cara.” (Ali, sobre conhecimentos de outras experiências ruins de terceiros em relação à transfobia)

Como dito por Ali, a questão do nome é de suma importância para sua identidade, e para a maior parte das pessoas transgênero. O desconforto trazido muitas vezes pelo nome do registro é um impedimento fortíssimo para a própria sensação de segurança e pertencimento da pessoa ao ambiente escolar. A extensão dos possíveis danos psicológicos causados pelas sequelas da transfobia não é completamente compreendida ou seriamente estudada, tendo os estudos clínicos uma séria deficiência no aporte teórico sobre os aspectos sociais da transgeneridade, normalmente atendo-se a presunções retrógradas presentes na literatura endocrinológica e psiquiátrica, de teor altamente patologizante, com pouca conexão com a realidade. Existem pesquisas em andamento com preocupação crescente em relação aos aspectos sociais, mas estas ainda não estão consolidadas dentro da área médica e, portanto,

não tem toda a atenção ou impacto que deveriam, além da questão da pouca divulgação dos resultados científicos em geral no Brasil, diminuindo a circulação do conhecimento produzido.

As pesquisas psicológicas sobre o assunto, que normalmente se dão de maneira interdisciplinar, não são utilizadas para construção da maior parte dos ambientes escolares, causando um extremo despreparo por parte dos profissionais para lidar com as demandas surgentes, geralmente em prejuízo do próprio aluno, que encontra então no ambiente escolar, hostilidade.

Em consonância com as entrevistas virtuais, ainda sobre a questão da performatividade normativa, acho interessante ressaltar a seguinte fala por parte de Ali, quando questionava se considerava-se uma pessoa “afeminada” e como isso afetou sua experiência:

Então... É... Eu... Eu tô pensando aqui, né? Tô tentando... Desculpa, eu tô tentando pensar aqui um exemplo É... É, tipo assim, eu... Infelizmente, tipo assim... Eu lembro disso da minha infância, né? Tinha muitas coisas assim, muito lixo. Desenhos... Coisas assim, sabe? Que eu gostava como criança, sabe? Só que eu parei de gostar porque... As outras pessoas falavam que era coisa de menina, né? Então, tipo assim, eu não engajava com essas coisas que eu, tipo assim, claramente gostava de engajar, né? Tipo, fui... É... Umas vezes eu tinha sido muito privada, assim, desse lazer por conta disso, né? É... Eu tinha, tipo assim, muito uma... É... Eu tinha muita, tipo assim, inseurança em relação a isso, sabe? É... De ser...de ser, acho que, o se homem, ou sei lá o quê, sabe? E foi uma coisa que demorei muito tempo para desconstruir, uma coisa que me impactou negativamente bastante. Também, não é o único fator, porque tem outros fatores que contam, nesse caso específico, mas eu, até hoje um pouco, mas por muito tempo eu tinha muita dificuldade de chorar, sabe? Eu me sentia ruim, eu me sentia na merda, eu queria soltar, mas eu não conseguia soltar esse sentimento ruim e chorar, porque o cérebro já estava meio que mecanizado para não chorar, porque eu tinha me convencido que chorar não é coisa de homem, né? Então, isso me impactou negativamente muito tempo, né? Eu não chorava, senão por uma coisa que tinha sido muito grave, sabe? Uma pressão psicológica, emocional muito forte, se não fosse por isso eu não chorava e me causava um grande desconforto, porque depois da minha transição, eu tentava escutar as músicas e coisas assim, que iam me intencionalmente deixar ruim, intencionalmente muito tristes e emocionais, só para ver se eu conseguia chorar, porque eu tinha muita dificuldade de fazer isso. E até hoje, até um pouco, eu não choro muito, e eu considero essa questão de ser homem ou sei lá, sabe? Até dá gosto de falar sobre, de soltar essa expressão e tudo, sabe? Foi um dos fatores que levou essa minha dificuldade de fazer algo muito básico do humano.

As problemáticas envolvendo a questão do gênero e o ambiente escolar, especialmente no que tange a retenção de estudantes até a conclusão acabam sendo gigantescas, de forma que até mesmo as pessoas que terminaram, relatam frequentemente o desejo de evadir (seja ainda atual ou em uma época específica). Sobre a questão da estadia escolar e do bem estar da estudante em diversos cenários no que se refere à performatodivergência e suas consequências diretas, podemos utilizar as seguintes falas para análise:

Na minha antiga escola, que eu... Eu vou soltar para o nome que é mais fácil de falar, a [escola anterior], foi que eu depois saí. O que eu fazia? Era uma... Ir para a escola e ser forçada a agir de uma forma assim, de como eu não era.

Ter que fazer isso todo dia, não só isso, mas toda a carga emocional do passado relacionada com a escola. Isso eu estou falando de 2022, quando eu já tinha aberto as aulas presenciais de novo. O sentimento de estar na escola era tão ruim para mim que eu intencionalmente enrolava, eu enrolava, perdi a hora no primeiro tempo, porque eles não deixavam entrar no primeiro tempo. Se você fosse atrasada, você tinha que entrar no segundo. Eu intencionalmente fazia isso só para eu não ter que lidar com mais a escola. Eu não exatamente conseguia evadir muito, porque senão meus pais iam começar a falar, me forçar a ir para a escola. Olha só o que eu fazia para ir a um circo, para encontrar uma brecha nisso. O que eu fazia? Eu ficava acordada até 4 horas da manhã, eu me deprivava de sono completamente. Eu intencionalmente fazia isso.

Eu ia de tarde, eu dormia para dormir de tarde. Depois eu tomava alguma coisa, alguma coca, café, para me deixar acordada. Eu ficava acordada, por maioria da noite eu ia dormir.

Eu ia estar tão deprivada de sono durante a escola que eu simplesmente chegaria lá. Caía, dormia e eu não tinha que lidar com nada daquilo. Por maioria do tempo eu ficava dormindo, porque eu não conseguia evadir a escola. Então eu simplesmente dormia. Teve até uma vez, essa foi uma das únicas vezes em que eu fiquei acordada durante a noite inteira. Eu ficava acordada durante a noite inteira. Os meus pais até ficaram surpresos que eu tinha acordado tão cedo, já estava arrumada. Mas a realidade é que eu já estava acordada desde o dia anterior.

Entrevistador: Largar os estudos de vez já passou pela sua mente?

Muitas vezes. Nessa época, na verdade, agora eu tenho aqui 17 anos, mas francamente para você, quando eu tinha essa idade, eu tinha 15, 14 anos. Eu não imaginava eu chegando e fazendo 17. Eu não imaginava eu vivendo até esse momento. Então eu largava os estudos. Como eu falei, eu estava imensamente depressiva naquele momento. Eu não me imaginava chegando para uma idade superior. Então qual era o ponto, qual era o objetivo de eu estudar? Nada daquilo importava. É um negócio muito confuso também,

porque tem muitas coisas que eu não lembro daquela época, mas eu também me deludia. Eu estava vivendo uma simulação, que eu não existia, ou que eu não tinha controle sobre as minhas ações.

Eu não me importava, eu nem ligava, tirava uma nota ruim ou sei lá o quê. Tipo assim, foda-se, foda-se. Foda-se porque eu ia me matar no próximo ano do mesmo jeito.

Até me deixa desconfortável quando as pessoas fazem piadas sobre se matar alguma coisa, sabe? Porque eu fui uma das pessoas que eu não só queria me matar, como eu tinha planejamento. Eu tinha planos para me matar, para você ver como grave era. Desculpa ser uma coisa muito pessoal, mas por conta dessa falta de muitos fatores, inclusive essa questão de ser uma pessoa trans no armário e não conseguir me expressar, eu verdadeiramente não tinha mais vontade de viver.

Nesse quesito, entendendo também a fala citada anteriormente sobre a questão da performance de gênero e ainda tendo em vista a forma como ela se refere às amizades atuais, após a saída do armário, pode ser ver uma mudança radical de visão, da postura em relação ao ambiente acadêmico e uma melhora na vida em geral da aluna, que relatava quadros fortes de depressão, além da concorrência com o autismo e a suspeita de transtorno de déficit de atenção. Isto suporta a hipótese de que permitir aos alunos que completem a sua transição de gênero é extremamente benéfico e até mesmo obrigatório, do ponto de vista pedagógico, uma vez que a coerção em relação à performatividade foi citada em TODAS as entrevistas, virtuais ou a presencial, como fator chave para a rejeição ao ambiente escolar. Uma vez que o bem-estar de estudantes deve ser primaz dentro da construção de ambientes de aprendizado, entende-se que utilização do nome social e banheiro conforme identidade de gênero não se trata apenas de uma questão individual, mas sim da própria inclusão de todo um grupo extremamente marginalizado e com tradicionalmente pouco ou nenhum acesso ao mercado de trabalho formal, estando completamente precarizado no que tange a políticas públicas eficazes de inclusão.

Como dito pela entrevistada, mesmo que o nome social nesta instituição seja “feito nas coxas”, só o fato de esta ser uma possibilidade e haver certo amparo legal para utilização, por exemplo, do nome e do banheiro, já há alguma forma de argumentar e se proteger dos ataques vindouros. Quando indagada se gostaria de falar algo, ou se tem algo que ela acha importante pontuar, ela levantou os seguintes pontos de interesse:

Eu tô pensando aqui, né? Eu sinto, né, que... Eu sinto, tipo assim, com todos os avanços que a gente teve, né? Eu sinto que as coisas ainda são, tipo assim, muito diferentes, bastante precárias em relação à nossa posição na nossa sociedade, com a comunidade e tudo, sabe? Eu sinto que, tipo assim, isso se aplica à escola, ao ambiente escolar, né? Eu sinto que existe muito

uma influência, não especificamente da internet, né? Mas como as ideias preconceituosas e as ideias de extrema-direita se propagam pela internet, né? Porque eles conseguem usar a internet de uma forma muito efetiva, né? E acaba tendo esse fenômeno das pessoas falando merda, falando coisas ofensivas, falando tipo assim, ah, mas é ironia, sabe? Quando as pessoas concordam não é ironia, mas quando as pessoas discordam e falam que, tipo assim, aí que é ironia, né? Porque, tipo assim, eu sinto que a forma como essas ideias se propagam através de piadinhas e tudo isso, sabe? Uma coisa que parece ser inofensiva, mas na verdade é uma coisa muito perigosa, né? Inclusive, tipo assim, eu mesma muitos anos atrás fazia essas piadinhas, sabe? E, tipo, quando eu fui mudando como pessoa, tipo assim, virando uma pessoa melhor, eu consegui me distanciar disso, sabe? E me fez perceber como miserável é isso, sabe? Como isso impactava a vida das outras pessoas perto de mim, como isso impactava eu mesma, sabe? Falando essas coisas, sabe? E, tipo assim, é uma questão complicada assim, tipo, de como combater isso, sabe? E, tipo assim, eu acredito que as escolas deveriam ter, tipo, mais educação em relação a isso, sabe? Deveriam ter mais atividades informativas sobre questões LGBT, questões de gênero e tudo, sabe? Mas é muito abafado por medo de ofensiva da extrema-direita, né? Que a gente sabe, né? Tipo, fica falando de ideologia de gênero nas escolas, sabe? Mas, tipo, não é ficando parado aqui e simplesmente aceitando que vai ter uma ofensiva e, tipo, não lutar pelas vidas estranhas, não lutar pelas outras pessoas, né? Que a gente vai conseguir resolver isso, né? E a única forma como a gente consegue, tipo assim, realmente combater a influência ideológica, que essas ideias preconceituosas, tipo assim, a influência que elas tomam sobre a nossa juventude é tendo esse trabalho, tipo assim, esse trabalho, tipo assim, na base, né? Uma escola. E eu sinto que existe muita falta disso, especialmente no âmbito institucional, né? Porque muitas vezes é organizado pelas próprias alunas, sabe? E fica nós por nós mesmo. Eu sinto que poderia ter mais que a escola poderia fazer em relação a isso, sabe? Tipo, por mais que a situação seja muito melhor que no [colégio], sabe? Em relação a outras escolas. Ainda poderia ter mais que poderia ser feito todas as situações que aconteceram comigo, né? E até, tipo assim, o pior do pior que aconteceu com você, sabe? Não iria ter acontecido se a gente tivesse uma, realmente, uma rede institucional pra gente tratar dessas questões, né? Mas não houve preparo em relação a isso, eu iria dizer. É um preparo muito amador, realmente. É um preparo muito espontâneo.

E não pode ser espontâneo. Tem que ser uma coisa que a escola já está preparada pra lidar com, né? E, tipo assim, a minha experiência na diretoria LGBT da [entidade estudantil], na minha experiência com a comissão de LGBT, com a entidade, né? Tipo, existe muito uma demanda das pessoas LGBT pra, tipo assim, ter mais acesso especialmente a sua própria história, né? Porque a gente não fala sobre isso nas escolas. A gente não fala sobre sobre a história da comunidade LGBT, suas lutas e, tipo assim, sobre o que essas situações são, como é que a gente vai pensar, tratar em relação a isso, como é que a gente vai mudar a realidade pra que as coisas sejam melhores pra essa fração da população, sabe? É... Tipo assim, poderia ter mais uma... tipo assim, um trabalho institucional pra fazer isso, né? Até mesmo quando tem, né? É muito... É uma... Até mesmo quando tem, é uma questão que eu

sinto que é muito muito inocente. Eu não sei se eu iria usar essa palavra, mas, tipo, meio... Tipo assim, tentando fazer, tipo, da forma mais segura possível, né? Tentando não, tipo assim, é... Tentando não confrontar a homofobia, tipo, de uma forma muito mais direta, sabe? E eu sinto que a gente precisa realmente de mais... de uma certa dose de radicalismo em relação a isso, sabe? Eu acho que a gente, tipo assim, se a gente não enfrentar, se a gente não confrontar, então a gente não vai chegar em nenhum lugar, né? E a gente vai continuar dessa forma, uma rede de apoio, só que uma rede de apoio muito espontânea, uma rede de apoio muito frágil, que tipo assim, pra mim, ou talvez eu tenha, mas para outras pessoas trans na escola, tipo assim, eu não sei, sabe? Pode ser uma questão diferente. Enfim, tipo, é... É isso mesmo que eu queria realmente só pontuar, assim, no fim da reunião, da reunião da entrevista.

A menção da questão da extrema direita e sua relação com os avanços foi, de certa forma, inesperada por mim. Mas é uma experiência que alguma hora, toda pessoa trans vai ter em algum nível, então pode considerar-se como um evento relativamente comum. Os choques entre a direita e o movimento transgênero é gritante, mas na época quando eu comecei a minha transição, isto não estava tão bem exposto, até porque o debate esquerda x direita não era nem tão popular, e muito menos acessível para pessoas da idade que eu tinha na época. Atualmente, com a maior popularização das temáticas pelas massas, é mais possível fazer análise destas experiências, uma vez que os choques se tornaram mais recorrentes e, portanto, mais observáveis. Questões relacionadas à religiosidade, entretanto, não surgiram de forma orgânica no relato de Ali. Quando indagada sobre, especialmente sobre problemas com denominações cristãs fundamentalistas, ela relata ter tido certo envolvimento com o tema, especialmente pela questão estética, mas alega ter entendido como aquela doutrina se botava contra o que ela era. Também citou o problema da religião muito frequentemente ser imposta a outras pessoas que não a seguem, de forma que uma pessoa trans será coibida de viver plenamente porque a religião de outrem não a permite. Também denuncia de certa forma as possibilidades de cooptação da religião para fins escusos.

Ao verificar as falas feitas em ambas instâncias de entrevistas pelas pessoas entrevistadas, pode ser visto de forma definitiva os benefícios da permissão de estudantes de acessar e experienciar seu gênero livremente. Há de se argumentar que é benéfico também para as pessoas à volta, que então poderão experienciar de perto como é a transição e então, aprender a lidar com tais ocorrências de forma positiva, concluindo o papel pedagógico de ensinar a lidar com as diferenças. Um ambiente escolar homogêneo é um ambiente escolar que produz pessoas reativas a mudanças e diferenças, e no mundo pós-moderno, este traço

não é desejável, não deve ser encorajado. A questão da inclusão deve passar de discursos bonitos para uma práxis palpável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma correlação entre a ascensão da extrema-direita, a pauta de moralidades individuais na política como cortina de fumaça e a dificuldade em avanços transgêneros. E, independente desta, existe a nível individual uma predisposição a certa reação negativa às demandas feitas pelas pessoas trans, que podem ou não serem motivadas pela questão moral. Novas legislações demoram a ser votadas, e cada vez surgem mais tentativas de derrubar o que já foi estabelecido, sendo débeis os direitos conquistados. Candidatos mais alinhados com os ideais de direta e religiosos/morais representam a maior quota dos resistentes às proposições inclusivas. A religiosidade está presente com frequência no relato de pessoas trans, mais frequentemente que não sob uma ótica não tão positiva ou receptiva.

Mesmo com ampla legislação no que tange o nome social na educação e nas esferas públicas, sua utilização é precária, e a predominância dos relatos utilizados tanto nesta pesquisa quanto em outros ambientes que tratam da temática reclamando do mesmo já indicam a fragilidade desta legislação. Sem punições previstas para descumprimento a nível individual, ainda depende de certa boa vontade dos indivíduos para funcionar de maneira satisfatória, uma vez que a mentalidade brasileira dominante é tal que o crime será evitado meramente por questões de evitar punições, ao invés de real compreensão das motivações por trás da legislação e suas implicações morais. Na ausência desta punição, a legislação não será considerado pela pessoa na tomada de decisão sobre respeitar ou não as demandas. Na questão da utilização do banheiro, estabelecimentos de ensino podem fazer as suas próprias regras, uma vez que o processo do Supremo Tribunal Federal (STF) que versa sobre a questão está parado há anos. Até mesmo nos ambientes onde há tais regras, seu cumprimento não é verificado ou enforçado. Lugares como a UFRRJ, que incluíram o uso do banheiro neutro, ainda relatam dificuldades para cumprimento destas decisões.

O corpo escolar tem grande impacto na retenção deste público, podendo este agir de forma inclusiva ou decidir pelo status quo e então, definir a experiência dessa pessoa trans. O corpo estudantil tem problemas nos aspectos social/particular, enquanto o primeiro tem mais problemas no âmbito estrutural/público, que pode ser influenciado pelo indivíduo particular presente naquela posição de poder. A pessoa trans ainda se encontra a mercê da sorte. A relação entre as pressões sociais de performance, evasão escolar e as questões psicológicas é direta. Mesmo antes da transição e até mesmo antes da ciência da própria generodivergência,

já relata-se a questão dos problemas oriundos da performatodivergência. Também são relatados diversos benefícios tanto na performance escolar quanto na saúde mental no acesso integral à transição de gênero. A questão familiar foi relatada em diversos momentos nas entrevistas e nas pesquisas bibliográficas, sendo esta diretamente ligada com o desejo ou não de evasão de uma parte considerável dos entrevistados. Estes também indicaram em parte a escola como mecanismo de fuga dos aparatos familiares entre outrem, tendo a educação como método para crescimento profissional e desvinculação com o aparato familiar.

A performatodivergência e a generodivergência são traços diferentes, e sua relação vai indicar como e quando as transfobias serão sofridas, podendo analisar de forma relativamente independente as instâncias sociais/particulares e estruturais/públicas e como são influenciadas por estes dois quesitos. A título desta pesquisa, as pessoas entrevistadas apresentavam níveis elevados de performatodivergência além da generodivergência, indicando uma experiência inherentemente mais violenta. Novamente, a transgeneridade de uma pessoa não será medida ou definida pelo seu sofrimento, mas os limites discursivos serão notados e, por entender que um grupo que sofre mais violências naturalmente terá mais demandas, a intenção aqui foi abranger o maior número possível de problemáticas relacionadas para endereçá-las de forma adequada e conforme frequência de ocorrência.

A questão da batalha diária que se torna a luta por respeito ainda é central à temática. Até mesmo direitos básicos, como ao à educação, estão sendo postos em cheque por conta dos desincentivos conscientes ou não de pessoas individuais e estabelecimentos de ensino enquanto corpo jurídico. Diversos motivos são dados para tal resistência, desde os institucionais até os religiosos; permanece idêntico o desrespeito envolvido. Ao verificar a legislação disposta, como ela é posta em prática, como os profissionais lidam com ela e os impactos nas pessoas trans, é possível indicar que a escola mais inclusiva no que tange à legislação ainda pode falhar sumariamente em realmente incluir se os indivíduos envolvidos assim quiserem. As medidas indicadas para resolver tais problemas não são excessivas, caras ou complicadas, mas dependem de um nível de empatia que não tem sido comum em nenhum dos relatos, sejam os colhidos diretamente ou os acessados indiretamente através da bibliografia. Porém, como demonizada esta pauta conforme a moralidade dominante, que é excludente, com jargões como “ideologia de gênero” incitando uma caça às bruxas pela qual justificaria-se até mesmo a quebra da liberdade de cátedra, tais assuntos acabam sendo distanciados da sala de aula e alimentando o processo excludente dos quais essas pessoas são

vítimas. Houve uma melhora desde que eu primeiramente entrei em contato com a temática, tendo tido uma série de legislações e movimentos endereçando este assunto nos últimos 10 anos; porém, na prática ainda há uma demora em fazer valer tais normativas, decretos e resoluções, sendo o indivíduo nas estruturas de poder envolvidas os maiores responsáveis pela resistência. A violência dos pares/estudantes não é nem tão frequente, nem tão danosa quanto a do corpo escolar, sendo aqui a questão estrutural a responsável, na forma das regras cissexistas. É necessário, então, que haja maior conscientização individual dentro dos ambientes escolares para que eles se tornem realmente inclusivos, ao invés de terem políticas que parecem promissoras, mas que não são respeitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ADORNO, Theodore. **Estudos sobre a Personalidade Autoritária.** São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de; CICILLINI, Graça Aparecida. **Pessoas trans e espaços escolares: o uso do banheiro feminino e seus impactos.** Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj2vpvfi-SCAxVwGLkGHV9uAnIQFnoECBEQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.fe.ufg.br%2Fnedesc%2Fcmv%2Fcontrole%2FDocumentoControle.php%3Foper%3Ddownload%26cod%3D1950&usg=AOvVaw09Pl9rknK7GPW4-J0izhLx&opi=89978449>>, acesso em: 15 maio 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5..** Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da

administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 81, p. 1, 29 abr. 2016.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Diário Oficial da União: ano 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm>, acesso em: 04 jun. 2023.

_____. Portaria n. 627, de 4 de abril de 2023. Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 66, pg. 18. 5 abr. 2023.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2015.** Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2015.** Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº 48/2015.** Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos

Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2015.** Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº 115/2015.** Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº 395/2016.** Susta o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que "Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.".

_____. **Projeto de Decreto Legislativo nº 520/2019.** Susta a aplicação da Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018, do Pleno do Conselho Nacional de Educação, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

BUGIATO, Caio. Para entender o Neofascismo no Brasil: um ensaio à partir das contribuições de Nicos Poulantzas In: **Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise da “democracia”**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, p. 167-179.

BUTLER, Judith. Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Resolução nº 12/2015, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP n. 01/2018, de 1 de janeiro de 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

CORRÊA, S. Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução de Jones Freitas. Apoio para a versão em português: Observatório de Sexualidade e Política, 2007. Disponível em: <www.yogycartaprinciples.org> Acesso em: 18 jun. 2015.

COSTA, A. A. Variabilidade/Disforia de Género e Perturbação do Espetro do Autismo. Dissertação (mestrado em Medicina) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto. 2019.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

_____. **Vigar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, Laboratório de Políticas Públicas (LPP), 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero:** conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 7-34.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Editora Sulina, 2005. 120 p.

NERY, João Walter. **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois.** São Paulo: Leya, 2011. 336 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10:** Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. vol.1. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997.

_____. **ICD-11 Reference Guide.** Genebra: OMS, 2019b. Disponível em: <<https://icd.who.int/icd11refguide/en/index.html>>. Acesso em 29 mai. 2023.

REICH, Wilhem. **Psicologia de Massa do Fascismo.** Porto: Escorpião, 1974.

TOOMEY, Russell B.; SYVERTSEN, Amy K.; SHRAMKO, Maura. Transgender Adolescent Suicide Behavior. **American Academy of Pediatrics**, 01 out. 2019. Disponível em: <<https://publications.aap.org/pediatrics/article/142/4/e20174218/76767/Transgender-Adolescent-Suicide-Behavior>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. Deliberação nº 73/2016, de 11 de outubro de 2016. Disponível em:

<<https://portal.ufrrj.br/wp-content/uploads/2016/10/Delibera%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-73-11-out-2016.pdf>>, acesso em: 01 mai. 2022.

SITES E ARTIGOS JORNALÍSTICOS

AFONSO, Lucas. Trans e travestis nas universidades: o difícil acesso ao ensino superior no Brasil. **Blog do vestibular Brasil Escola**, 2022. Disponível em:
<<https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/blog/trans-e-travestis-nas-universidades-o-dificil-acesso-ao-ensino-superior-no-brasil.htm>>, acesso em: 15 abr. 2022.

AMARAL, Luciana; HIBARASHI, Gabriel; PINOTTI, Fernanda. Nikolas Ferreira veste peruca na Câmara e diz: “Mulheres estão perdendo espaço para homens que se sentem mulheres”. **CNN Brasil**, 8 mar. 2023. Disponível em:
<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-veste-peruca-na-camara-e-diz-mulheres-estao-perdendo-espaco-para-homens-que-se-sentem-mulheres/>>. Acesso em 25 mai. 2023.

GARCIA, Cecília. O acesso à educação para população trans e a importância de políticas de permanência. **Portal aprendiz UOL**, 26 jul. 2019. Disponível em:
<<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/07/26/o-acesso-educacao-para-populacao->>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MARTINS, Nathale. Alunos de colégio no Rio fazem “saiaço” em apoio a estudante transexual. **Correio Braziliense**, 11 set. 2014. Disponível em:
<<https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/09/11/interna-brasil,446627/alunos-de-colegio-no-rio-fazem-saiaco-em-apoio-a-estudante-transexual.shtml>>, acesso em: 15 abr. 2022.

TRANSGENDER EUROPE. **Transrespect versus transphobia worldwide**, 2021. Trans Murder Monitoring. Disponível em:
<<https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/tmm-resources/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

QUEIROZ, Gustavo. Nikolas Ferreira é condenado a pagar R\$ 80 mil para Duda Salabert por transfobia. **CNN Brasil**, 20 abr. 2023. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-ferreira-e-condenado-a-pagar-r-80-mil-por-danos-morais-para-duda-salabert/>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

Escola de Fortaleza expulsa aluna trans; mãe denuncia transfobia. **Brasil De Fato**, 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/11/23/escola-de-fortaleza-expulsa-aluna-trans-mae-denuncia-transfobia>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

LUCCA, Bruno. Jovens trans enfrentam barreiras para utilizar banheiros em escolas. **Folha de São Paulo**, 31 jul. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/jovens-trans-enfrentam-barreiras-para-utilizar-banheiros-em-escolas.shtml>>. Acesso em 25 mai. 2023.